

## A REVOLUÇÃO É IRREVERSÍVEL

# O PVO DE LISBOA SAÍU PARA A RUA E SAUDOU COM ENTUSIASMO E ALEGRIA AS HISTÓRICAS DECISÕES DO GOVERNO



MUITO ANTES DA HORA MARCADA PARA O INÍCIO DA MANIFESTAÇÃO JÁ MILHARES DE PESSOAS SE CONCENTRARAM NO ROSSIO. DEPOIS, A MULTIDÃO FOI ENGROSSANDO, E A CAMINHO DE S. BENTO FORAM CENTENAS DE MILHARES QUE QUISERAM MANIFESTAR O SEU REGOZIJO PELAS HISTÓRICAS MEDIDAS TOMADAS

**A** QUELES que defendem qualquer coisa como o social-capitalismo, aqueles que temem acima de

tudo que a revolução progreda, ficam agora ainda mais longe da meta de atingir por todo o verdadeiro esforço nacional para que se consolide o presente e se confira segurança aos passos do futuro.

As medidas aprovadas anteontem na histórica reunião plenária do Conselho de Ministros, pondo em prática as grandes linhas políticas adoptadas recentemente pelo Conselho da Revolução, são parte integrante — e assim o afirmou o Primeiro-Ministro — do «sentido em que queremos encaminhar a nossa Revolução» para «passar ao socialismo».

É inequívoca esta afirmação. E ao lado dos trabalhadores, junto do movimento popular de

massas, o nosso Partido é dela garante, pois há muito que luta e continuará a lutar pela concretização e o avanço dessas medidas históricas.

As linhas orientadoras da Reforma Agrária são já uma realidade. A exploração das grandes áreas de sequeiro em proveito dos pequenos e médios agricultores; a criação de equipas de técnicos, embrião do futuro Serviço Nacional de Extensão Agrária, que seguirão brevemente para os campos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo; os investimentos públicos nos prédios rústicos do Sul; as expropriações das propriedades de sequeiro com áreas superiores a

500 hectares e das irri-

gadas com mais de 50 hectares; a extinção das coutadas; o saneamento imediato dos corpos gerentes das cooperativas e as outras medidas verdadeiramente revolucionárias para a agricultura garantem o rumo certo para o socialismo e deixam para trás as veleidades de entravar seriamente o processo revolucionário.

Mas para que ele avance, o Povo Português tem de o tomar a peito como obra sua, «porque as condições que se põem aos trabalhadores, em matéria de relações económicas, de relações com o Estado, de relações de trabalho, são hoje diferentes das quais que se punham antes do 11 de Março», como afirmou o brig-

adeiro Vasco Gonçalves

ao referir-se aos «objec-

tivos que nos animam».

Estão traçadas as li-

nhas mestras da sociali-

zação da economia. As

nacionalizações imedia-

tas de 24 grandes em-

presas, entre elas a Si-

derurgia Nacional, a Sa-

cor, a TAP, a CP, a Cidla;

o programa de controlo

dos sectores básicos da

indústria e energia; a

nacionalização prevista

dos principais jazigos de

minério e das indústrias

de tabacos, cerveja, ce-

lulose, adubos, etc.,

põem ao serviço do Povo

Português as maiores ri-

quezas nacionais. E este

«pôr ao serviço» deixou

de ser o trapo com que

os antigos sugadores de

tudo o lucro, com que

os antigos proprietários

tentavam tapar os olhos

dos trabalhadores por-

o referir-se aos «objec-

tivos que nos animam».

Estão traçadas as li-

nhas mestras da sociali-

zação da economia. As

nacionalizações imedia-

tas de 24 grandes em-

presas, entre elas a Si-

derurgia Nacional, a Sa-

cor, a TAP, a CP, a Cidla;

o programa de controlo

dos sectores básicos da

indústria e energia; a

nacionalização prevista

dos principais jazigos de

minério e das indústrias

de tabacos, cerveja, ce-

lulose, adubos, etc.,

põem ao serviço do Povo

Português as maiores ri-

quezas nacionais. E este

«pôr ao serviço» deixou

de ser o trapo com que

os antigos sugadores de

tudo o lucro, com que

os antigos proprietários

tentavam tapar os olhos

dos trabalhadores por-

o referir-se aos «objec-

tivos que nos animam».

Estão traçadas as li-

nhas mestras da sociali-

zação da economia. As

nacionalizações imedia-

tas de 24 grandes em-

presas, entre elas a Si-

derurgia Nacional, a Sa-

cor, a TAP, a CP, a Cidla;

o programa de controlo

dos sectores básicos da

indústria e energia; a

nacionalização prevista

dos principais jazigos de

minério e das indústrias

de tabacos, cerveja, ce-

lulose, adubos, etc.,

põem ao serviço do Povo

Português as maiores ri-

quezas nacionais. E este

«pôr ao serviço» deixou

de ser o trapo com que

os antigos sugadores de

tudo o lucro, com que

os antigos proprietários

tentavam tapar os olhos

tiva melhoria das condições de vida da classe operária e de todos os trabalhadores. Temos agora de juntar ainda mais todas as nossas forças, temos de apelar para todas as nossas reservas de energia e de vontade, pois está nas nossas mãos o futuro que quisermos para nós e para os nossos filhos.

O Povo Português tem ainda a garantia de que, até ao fim do ano, não serão aumentados os preços de produtos essenciais, que diariamente consome, sem prejuízo dos aumentos a pagar à produção, sobre tudo para satisfazer os legítimos anseios dos pequenos e médios agricultores.

Foram lançadas, entretanto, as bases gerais de um programa nacional de emprego, estando prevista a curto prazo (dois meses) a criação de novos postos de trabalho.

Todos estes passos são decisivos para o avanço do processo revolucionário e para uma efec-



**A** revolução democrática portuguesa acaba de dar novos passos decisivos para a construção de um Portugal independente, feliz e livre. O dia 15 de Abril ficará como um novo marco no processo revolucionário português, no qual se empenham as forças mais válidas do nosso povo. Com as novas nacionalizações anunciadas pelo Governo Provisório, juntamente com outras medidas antimonopolistas e antilatifundistas, um golpe de consequências irreversíveis foi assestado no velho edifício social herdado do passado e um novo sistema de vida aponta no horizonte.

Pela primeira vez no nosso país multicentenário se conjugaram forças sociais e políticas e condições históricas favoráveis para levar a cabo as profundas transformações que o longo e sufocante domínio dos monopólios e do latifúndio tornou imperiosas.

Sonhos milenários dos trabalhadores e explorados de Portugal antes irrealizáveis, começam a ter viabilidade prática. Começou com o glorioso movimento dos capitões do 25 de Abril e a cada estrebar das forças conservadoras e reacionárias, que trazem no bojo o retorno do fascismo, as forças motoras do processo revolucionário — a aliança Povo-MFA — ganharam novo vigor e dinamismo e traduziram em novas conquistas sociais e políticas as vitórias alcançadas.

A histórica decisão do Conselho da Revolução, logo à raiz da sua criação, de nacionalizar a banca e os seguros, sucederam-se agora outras medidas de largo alcance destinadas a enfrentar no imediato os difíceis problemas herdados do fascismo e a rasgar um novo caminho ao futuro do nosso povo.

É imprescindível e urgente que todos nos capacitemos da envergadura das medidas agora promulgadas pelo Governo Provisório e do que elas representam e implicam para a vida dos portugueses. A base monopolista da economia portuguesa herdada do fascismo foi irreversivelmente atingida nos seus fundamentos e uma nova fase transitória entre duas formações sociais opostas se iniciou.

A nacionalização dos sectores básicos da economia nacional veio trazer à luz do dia o grau extremo de concentração das riquezas operada sob o fascismo.

Na banca e nos seguros acumulavam-se, com os milhões da pequena e média poupança dos portugueses, em especial dos trabalhadores emigrados, mais de três quartas partes do capital acionista de todas as sociedades anónimas operando em Portugal e nas ex-colónias. Por mil tentáculos, com particular relevo para as sociedades de investimento e de operações sobre imóveis, os grandes senhores da finança portuguesa controlavam, de facto, as principais actividades económicas do País na indústria, no comércio e nos serviços, planeando e gerindo os seus negócios não na mira dos interesses do povo mas dos seus interesses privados e mesquinhos.

Por esses mil rios e regatos desembocava nos cofres dos grandes tubarões da banca a mais-valia arrancada ao suor e ao engenho dos trabalhadores portugueses.

Só nos dez primeiros anos da guerra colonial, de 1961 a 1971, os depósitos totais e os meios de pagamento acumulados nos bancos tinham subido de 47 para mais de 210 milhões de contos — uma massa excepcional de dinheiro e valores na estreiteza dos recursos do País, com a qual os monopolistas portugueses e estrangeiros impunham a lei e mantinham em respeito os sectores não monopolistas da economia nacional.

No sector da produção e distribuição da energia eléctrica agora nacionalizado, a concentração e centralização do capital atingira igualmente um grau elevado.

Através dos dinheiros desviados da Previdência Social e, directamente roubados, portanto, aos magros ganhos dos trabalhadores, um denso entrelaçamento de interesses entre o sector estatal e as grandes empresas eléctricas privadas punha este sector essencial da indus-

trialização do País ao serviço dos interesses dos mesmos magnates que dominavam a banca.

A energia saída das fontes de produção a pouco mais de 40 centavos o quilovátorio era colocada no consumidor algumas vezes a 4 e a 5 escudos, enquanto que aos grandes consumidores industriais monopolistas era vendida a preços irrisórios. E, entretanto, a electrificação rural e o barateamento da energia de modo a torná-la acessível ao povo eram letra morta para os grandes patrões da electricidade e do seu governo fascista.

Daqui resultavam não só as grandes manchas sem luz do País mas também, mesmo nas zonas electrificadas, a impossibilidade financeira de milhares de famílias pobres utilizarem esse meio tão importante do bem-estar social. O caso era de tal modo escandaloso que, poucos anos antes do 25 de Abril, apenas 400 000 das 1 200 000 freguesias electrificadas utilizavam a energia eléctrica.

Se passarmos para o sector dos transportes ferroviários vemos como também é este importante factor de desenvolvimento económico-social do País era mantido na condição de fornecedor de altos proveitos a algumas dezenas de notórios fascistas.

A anedota dos «deficits» da exploração da rede ferroviária era a maneira de conservar sempre cheia para os fiéis apanhados do regime — e à custa de outros fundos roubados ao povo noutras actividades — uma teta de onde auferiam chorudos proveitos.

Os trabalhadores da CP eram pagos na escala dos mais baixos salários industriais do País e os utentes viam quase cada mês subir as tarifas de maneira incompatível para os recursos dos menos favorecidos e para um transporte rendível de mercadorias entre as diversas regiões do continente. E entretanto, à SOFRERAIL, do senhor Pinay, eram asseguradas lucrativas encomendas para uma melhoria da rede que ia sempre ficando aquém das exigências normais do transporte de passageiros e carga nas regiões servidas pelos caminhos-de-ferro.

Nas indústrias petrolieras e derivadas do petróleo agora nacionalizadas, o grupo SACOR/CIDLAL era um círculo de refinados fascistas, extremamente comprometidos no aparelho político e repressivo do regime deposito. Os fumigados Casal Ribeiro e Góis Mota e outros não só impunham nas empresas do grupo um clima de terror como, juntamente com tubarões da banca, portugueses e estrangeiros, se asseguravam altos lucros à custa do encarecimento dos produtos. Grandes fortunas como as de Bulhosa, Queirós Pereira, do grupo SONAP, e outras foram amontoadas neste sector da refinação e distribuição de petróleos.

E, se nos virarmos para o grande empório da siderurgia, onde o grupo Champalimaud impunha preços de monopólio no mercado nacional do ferro e do aço, sob a proteção dos governantes fascistas, não podemos deixar de constatar como era urgente a nacionalização deste sector fundamental para o progresso económico do País.

O Governo Provisório anunciou outras nacionalizações em projecto, dos sectores básicos da economia nacional. Não pode encarar-se de outro modo, dentro das linhas gerais de uma economia que tem de virar-se para os interesses do povo. Aliás, não é possível, hoje, vencer as dificuldades e a crise que a sabotagem dos grandes grupos financeiros provocou no País, depois do 25 de Abril, senão modificando radicalmente, no sentido antimonopolista hoje, e no quadro de uma via socialista amanhã, os sectores fundamentais da nossa economia.

Nas medidas dadas a conhecer no dia 15, pelo Governo Provisório, tem um lugar de destaque a expropriação das propriedades de sequeiro, superiores a 500 hectares e de regadio superiores a 50 hectares, como passo essencial para a Reforma Agrária.

A complexidade dos problemas sociais na agricultura, o seu atraso milenário, a diversidade de situações quanto às explorações, à renda, e à propriedade agrícola no Sul e no Norte, exigem uma política de estreita colaboração entre as futuras cooperativas de assalariados rurais e pequenos e médios agricultores e o Estado. Não são fáceis as tarefas da reconversão da agricultura do minifúndio e do latifúndio para formas novas, cooperativas, que assegurem aos camponeses condições mais favoráveis de posse e exploração da terra e também um nível de vida decente para os que dela vivem e a trabalham.

Problemas de créditos e ajuda técnica e agronómica, de circuitos comerciais e de preços, entre outros, são condições imprescindíveis para fazer progredir estas novas formas de exploração da terra.

Mas tudo falhará se os camponeses não se puserem diligentemente ao trabalho, se os mais esclarecidos não ajudarem a criar nos campos de Portugal uma mentalidade nova, de entreajuda, de colectivismo indispensáveis para fazer frutificar as experiências de um novo sistema de vida e de exploração da terra, que não interessa só aos camponeses mas a todo o nosso povo.

Uma atitude nova na frente do trabalho é, aliás, indispensável não somente nos campos mas em toda a actividade produtiva, em particular, nos sectores agora nacionalizados ou em vias de nacionalização. A classe operária portuguesa, que foi a força principal que lutou durante décadas para as transformações sociais agora iniciadas, assume uma responsabilidade particular nesta nova fase do processo revolucionário.

É preciso e urgente reforçar a ampla frente dos trabalhadores não só contra a exploração dos monopólios e pela liquidação do seu domínio de classe como contra os aventureiros pseudo-revolucionários que se preparam para criar um clima de conflitos sociais, perturbadores do acto eleitoral que se aproxima.

A ressôcção não desarmou e, agora acossada nos seus redutos de classe pelas novas medidas antimonopolistas do Governo Provisório, é natural que ponha em jogo os seus peões da ultra-esquerda e da ultradireita para impedir a evolução normal do processo revolucionário.

A vigilância dos trabalhadores e das massas populares contra todos os manejos que tendam a prejudicar a marcha da revolução democrática a caminho do socialismo é indispensável ao sucesso das medidas revolucionárias agora promulgadas.

Os divisionistas do povo devem ser isolados, os provocadores devem ser neutralizados e postos em condições de não prejudicar a marcha da revolução.

O programa nacional de emprego e a elevação do salário mínimo dos trabalhadores e o congelamento dos preços de alguns produtos de primeira necessidade aliviarão as difíceis condições de vida de milhares de trabalhadores. Os que demagogicamente estão atirando com reivindicações irrealistas e incompatíveis para a estreiteza da economia nacional, aproveitando-se de uma situação difícil dos trabalhadores mais mal remunerados, devem encontrar pela frente a acção esclarecida dos trabalhadores das fábricas, dos campos, dos escritórios, porque hoje não é um governo reacionário, inimigo do povo, que está à frente do País.

Na sua grande maioria os governantes actuais são homens sinceramente devotados à causa da liberdade, da independência e do bem-estar do seu povo e deles é justo que recebam uma colaboração activa na solução dos graves e complexos problemas do País.

Da forma como todos saibamos compreender e resolver as tarefas actuais da revolução democrática — uma revolução democrática que tem a dirigir-lhe o grande exército dos trabalhadores das fábricas e dos campos e de militares que se decidiram pela opção socialista, pela opção do socialismo científico — dependerá o encurtamento do prazo transitório que nos conduzirá a esse novo estádío que representa a aspiração mais querida da classe operária, de todos os trabalhadores e homens progressistas, fardados ou não fardados, do nosso povo — o socialismo.

# Rasga-se um novo caminho ao futuro do nosso Povo

# UMA CAMPANHA ELEITORAL DE MASSAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

- Grande festa popular em Lisboa: iniciativa inédita do PCP em que participaram centenas de milhar de trabalhadores
- Entusiásticas sessões e comícios por todo o País, nomeadamente em Chaves, Viana do Castelo, Viseu e Covilhã, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal

Com o aproximar da data das eleições, intensifica-se a campanha do nosso Partido, desde o primeiro dia, caracterizada por uma ampla e cada vez maior influência das massas populares às nossas sessões e comícios, às nossas iniciativas. Estas, por sua vez, diversificam-se — e surgem as grandes festas populares, as caravanias automóveis de esclarecimento, as reuniões culturais e de convívio. Mas, no fundo, trata-se apenas do incrementar de um conjunto de actividades que vêm desde o 25 de Abril, sempre com um mesmo objectivo: esclarecer, organizar e mobilizar o povo para a construção de uma democracia em que as liberdades se conjuguarão com as transformações sociais; uma democracia que — porque o povo assim o quer — irá a caminho do socialismo. E o avanço neste sentido é já irreversível, como bem o prova o grande reforço do movimento popular, a que as últimas medidas históricas do Governo Provisório, e as que estão previstas, fornecem a necessária correspondência.

Sem exagero se pode afirmar que a Grande Festa Popular organizada pelo nosso Partido no passado domingo foi a maior e das mais entusiásticas realizadas nos últimos anos em Lisboa. Tornou-se quase impossível um cálculo preciso das muitas dezenas e dezenas de milhar de pessoas que acorrem à zona de Belém a fim de participar nesta grandiosa jornada popular; mas não foram certamente menos de trezentos mil todos aqueles, militantes e amigos do nosso Partido, que desde manhã até alta noite viveram em comum tão magníficas horas de amizade, de confraternização — de convívio comunitário.

As diversas actividades programadas, e outras resultantes da inspiração do momento e que ninguém previra, desenvolveram-se sem interrupção e simultaneamente em diferentes locais, desde o amplo relvado fronteiro à Torre de Belém até às instalações do Mercado da Primavera, a quase um quilómetro de distância. E tornava-se um desejo impossível de realizar alguém tentar assistir e participar em todas as iniciativas que porventura lhe interessassem.

Foi uma festa em que não faltou nada. Houve, evidentemente, o calor e a vibração, o entusiasmo dos comunistas que montaram e viveram a festa popular como só eles o poderiam fazer — porque eles são o próprio povo. Houve também, do primeiro ao último minuto, a conciliação perfeita entre a alegria e simplicidade das horas de convívio e a consciência de que se tratava de uma festa comunitária.

Depois houve um grande

piquenique infantil animado pelo Conjunto Introito e Ermelinda Duarte, e durante a tarde mais teatro palhaço, ilusionismo, a actuação de um coro de «pioneiros» dirigido por Francine Benoit. Num recinto devidamente preparado havia papel e lápis à disposição dos mais novos, que assim puderam dar largas à sua inspiração criadora, incentivados pelos momentos de alegre e sadio convívio que estavam a viver.

#### Presença do «Avante!»

As crianças não foram esquecidas. Mas os adultos também não. Multiplicaram-se as iniciativas mercedoras da atenção de todos, desde as canções e variedades, ao comício político realizado já ao fim da tarde, passando pelo cinema e pelo teatro, a música erudita e as bandas, a leitura de poemas e o grande baile popular que encerraria a festa.

Simultaneamente, pequenos e grandes grupos, de gente jovem e outra menos jovem, dispersos pelos relvados, entoavam canções, improvisavam quadras, declamavam poemas, naquele ambiente de confraternização e fraternidade que caracterizou este inolvidável domingo popular e comunitário.

E toda a manhã deste dia inesquecível, iluminado por um sol esplendoroso, foi exclusivamente dedicada às crianças, presentes aos milhares. Espalhada aos grupos pelos amplos relvados, a multidão participou em provas desportivas e jogos infantis, assistiu a peças de teatro a elas especialmente dedicadas, ou simplesmente brincou, com a alegria e a espontaneidade que lhes são próprias.

Depois houve um grande

quatro anos de luta dos comunistas pela libertação do Povo Português.

Motivo especial de interesse residiu na reconstituição, exposta no salão do Mercado da Primavera, de uma tipografia clandestina do Partido, montada com todos os seus pormenores. Milhares de pessoas puderam assim ver com os seus próprios olhos uma das aquelas pequenas oficinas de onde, durante quase meio século, à custa de tantos e tantos sacrifícios dos nossos militantes — e às vezes da própria vida — saíram milhares de tarjetas, proclamações, opúsculos, jornais, papel impresso que foi uma das alavancas decisivas para o desenvolvimento da actividade do nosso Partido e da luta popular contra a ditadura.

#### Cultura e povo

As actividades culturais ocuparam, naturalmente, lugar de destaque. A presença do livro ficou assinalada com a exposição e a venda de centenas de obras de autores marxistas, portugueses e estrangeiros. Exposto nas bancas, aberto à curiosidade dos que sabem, que sem cultura não pode haver verdadeira revolução, o livro aproximou-se do povo.

As representações teatrais, em dois palcos improvisados em cada um dos topo do relvado fronteiro à Torre de Belém, preencheram grande parte da tarde, constituindo um dos motivos de maior interesse da festa. Assim como o cinema, através da exibição, em sessões contínuas, de um filme de cerca de uma hora sobre o grande comício realizado pelo nosso Partido no Estádio 1.º de Maio.

No capítulo da música houve de tudo um pouco, desde as bandas e as canções e baladas até ao Coro da Academia dos Amadores de Música, dirigido por Lopes Gracá, à Orquestra Sinfônica Popular, ao Grupo de Música Contemporânea, dirigido por Jorge Peixinho, às canções de Brecht cantadas por Fernando Serafim.

Mas a música não foi só aquela que se ouviu, foi também, e porventura principalmente, aquela que se cantou, em pequenos e grandes grupos, em coros improvisados, um pouco por toda a parte. Com maior ou menor desfaçanha, bem eloquente do que foram os últimos cinquenta e



Foi assim na Covilhã...

e a «Grândola, Vila Morena», entoados pelas vozes populares, ganhavam a dimensão do grito de liberdade, de firmeza e determinação que os comunistas e o Povo Português têm feito seu desde 25 de Abril — e no domingo mais uma vez se confirmou.

Foi assim a grande festa de domingo: alegria e fraternidade, entusiasmo e vibração, pés bem fincados no presente, confiança inabalável no futuro. Bem se podia dizer que os militantes comunistas, tanto nas horas de luta como nas horas de festa, sabem ser dignos e fiéis a si próprios — dignos do povo e fiéis ao povo a quem pertencem e que fazem parte integrante, desse Povo Português que com os comunistas se libertou do fascismo e com os comunistas construirá o socialismo.

**Vencendo o medo e a reacção**

Também nos níveis tradicionais da reacção, o nosso Partido se começa a afirmar como uma grande força reconhecida e implantada nas massas populares. Esta a conclusão de quantos assistiram aos comícios, realizados no passado domingo, em Viana do Castelo e em Chaves, nos quais participou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido. Milhares de pessoas acorrem a ouvir a voz do nosso Partido, através da qual vislumbram um futuro sem exploração sem cacos, sem parasitas e sem terror. Mais uma vez, ali, em terras onde a reacção joga desesperadamente a manutenção dos seus privilégios, foram clarificadas as razões por que as forças contra-revolucionárias atacam o nosso Partido, desenvolvendo uma histórica campanha anticomunista, que teria aspectos verdadeiramente irrisórios se não revelasse o trágico obscurantismo em que se encontra o povo, ainda em muitos pontos do País. No entanto, essa campanha anticomunista não é um índice da força da reacção, mas, pelo contrário, o testemunho da sua fraqueza, do temor que lhes provoca o nosso Partido, porque ele é a vanguarda da classe operária e o Partido da esperança e certeza de cada vez mais vastas camadas da população.

O desmantelamento desta tremenda campanha anticomunista constitui tema abordado por todos os oradores, denunciando-se os actos de

vandalismo de que são vítimas os nossos camaradas que arriscam a vida tentando levar, às mais remotas aldeias, o esclarecimento da política do nosso Partido. Focado, com relevo, o facto do ambiente criado pelos sectores da reacção, nestas terras, não proporcionar qualquer confiança no resultado das eleições, pois o clima de liberdade é substituído pelo clima da calunia e da violência. Porém, como salientou a camarada Maria Luisa Costa Dias: «Homens e mulheres do nosso povo, cujos temores procuraram conhecer, como é nossa obrigação, com quem temos falado sobre aquilo que os preconizam, a quem explicámos como o Partido Comunista Português vai ao encontro dos seus problemas, esses homens e mulheres vencendo o medo com que a reacção e os cacosques locais os infetam contra os comunistas, ouvem-nos de coração aberto.

O camarada Álvaro Cunhal, analisando a campanha anticomunista, referiu o modo como certos partidos, que a si próprios se intitulam de democráticos e que se sentam à mesa com os comunistas, fazem coro com a mesma campanha. As liberdades fundamentais que não podem ser concedidas a quantos procuram a sua liquidação, foi outro dos temas abordados pelo camarada Álvaro Cunhal,

vão compreendendo, com clareza, onde se escondem os seus inimigos. Esta a melhor resposta à reacção. Este o sinal da sua derrota.

#### Entusiasmo e confiança

Entusiasmo, alegria e confiança foram a nota dominante do grandioso comício realizado no passado domingo, na Covilhã, com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

Numerosos cartazes assinavam a presença de delegações de todos os pontos do distrito, de círculos de empresas, da UJC e da UEC.

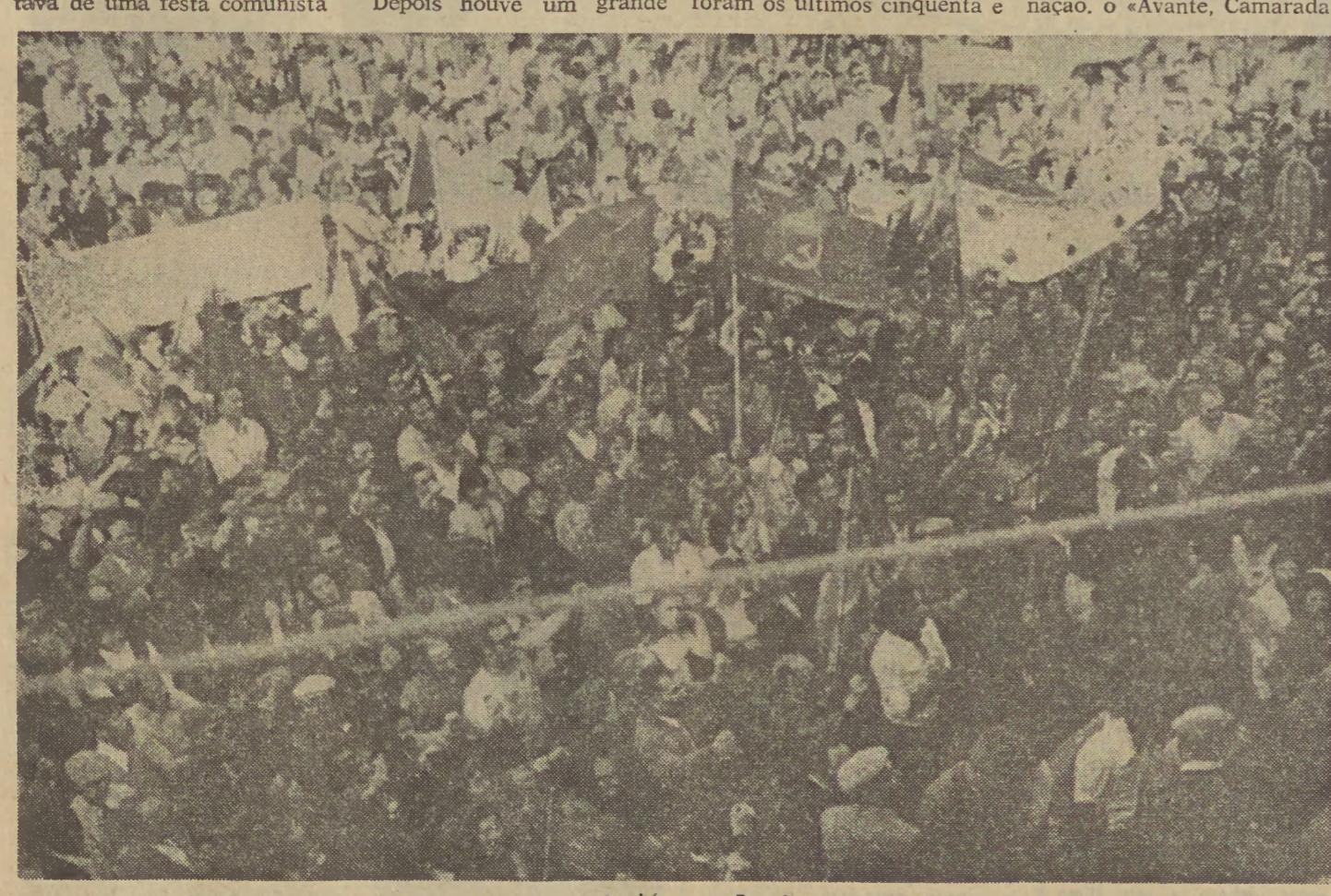
Impacientemente esperado, o camarada Álvaro Cunhal só conseguiu chegar à Covilhã depois das 23 horas, pois que fora «obrigado» a parar no Tortosendo — vila «vermelha» a poucos quilómetros daquela cidade — onde cerca de 2000 populares aguardavam a sua passagem para lhe testemunhar o apoio ao PCP e carinhosamente o saudarem em nome do povo de Tortosendo.

Neste comício participaram ainda os camaradas José Alberto Agostinho, candidato; Adriano Jorge, da UEC; Juíze Fitas, candidata; Lício de Carvalho, da UJC; Mário Cabrito, candidato; Manuel Pedro, candidato, e também

CONT. NA PÁG. SEGUINTE

## INTERVENÇÕES DO PCP NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Data	Emissora Nacional	Rádio Clube Port.	R. Renascença	RTP
17			10,00 - 10,10	13,25 - 13,30 20,40 - 20,50
18			22,30 - 22,40 23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	23,00 - 23,10
19	20,20 - 20,30	23,10 - 23,20	10,00 - 10,10 10,20 - 10,30 22,30 - 22,50 23,00 - 23,10	
20	19,10 - 19,20 22,20 - 22,30			
21			14,40 - 14,50 22,50 - 23,00	
22	19,10 - 19,20 19,30 - 19,40	14,30 - 14,40 22,50 - 23,00	23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	20,50 - 21,00
23			14,40 - 14,50 23,50 - 24,00	



... também no Barreiro



viva participação foi a questão da reforma agrária, a situação dos pequenos e médios agricultores e o movimento das cooperativas como instrumento de melhoria da vida nos campos, de desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, da economia nacional.

Mais uma vez os presentes nas diversas sessões de esclarecimento manifestaram uma grande curiosidade sobre a vida nos países socialistas acerca dos quais têm sido bombardeados pela reacção com histórias tão absurdas que se vão tornando invraisíveis.

Mas como a reacção está longe de ter como única arma a propaganda criminosa, não deixou de se observar uma tentativa de boicote à nossa sessão em Vila Moura. Dois elementos afectos ao PPD manifestaram-se ruidosamente, impedindo os nossos camaradas Diamantino Henriques, Travessas e Luzia Henriques de dar início à sessão. Como a assistência se manifestasse interessada, não colaborando com os provocadores, a sessão iniciou-se mesmo a propósito de frases lancadas por estes elementos e decorreu até final com vivo debate.

Promovidas este fim-de-semana pela Comissão Distrital do nosso Partido em Bragança, realizaram-se sessões de esclarecimento em Pará-mio, Faialde, Moimenta (lugares do concelho de Bragança), em Vilarinho do Monte (Macedo), Eucídia (Alfândega da Fé), Bairro da Coxa (bairro limítrofe da cidade), Bairro

cio, ainda que permanecessem atentas a todos os temas abordados, entre os quais se focou a história do nosso Partido, sua posição perante o problema da religião e da reforma agrária. Também no Bairro da Mãe de Água a reacção se pôs em movimento utilizando agentes da autoridade (polícias). Estes procuraram desviar os habitantes do bairro de assistirem à nossa sessão. No entanto, esta realizou-se com a participação de bastantes pessoas.

Em Montouto, aldeia completamente isolada, sem energia eléctrica, sem água canalizada nem estradas de acesso, a população participou na sessão, tendo-se mostrado ávida de esclarecimento político.

Abrir as populações dos locais mais remotos à participação na vida do nosso país é um objectivo porque trabalhamos. Outros preferem a caca ao voto por todos os meios. Porque não nos movem estes intentos, continuamos o nosso trabalho de esclarecimento, procurando abranger cada vez mais zonas, das que mais arredias se encontram da vida política. A Comissão Distrital do nosso Partido em Bragança constitui um exemplo deste trabalho.

**Convívios populares organizados no Norte pela UJC e UEC**

Os Comunistas, a Criança e o Mundo, este o lema da grandiosa festa, realizada no Porto, no Palácio de Cristal, no passado domingo, por iniciativa da UJC e da UEC. Estas as palavras escritas



No salão de exposição do Mercado da Primavera

da Mãe de Água (também bairro limítrofe da cidade) e Montouto (Vinhais).

Todas as sessões foram animadas por viva participação da assistência, com exceção de Faialde, onde as pessoas dominadas pelo medo dos caciques não fizeram perguntas, conservando-se em silêncio.

## CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA

Nos dias 8, 9 e 10 de Abril realizou-se em Berlim a 2.ª sessão do grupo de trabalho formado pela Comissão de Redação quando do Encontro Preparatório dos Partidos Comunistas e Operários da Europa em Budapeste.

Participaram na reunião delegados de 20 partidos comunistas e operários da Europa.

Num espírito democrático, os participantes na reunião prosseguiram a larga troca de opiniões e os trabalhos de redacção de um documento final destinado a ser submetido à Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, e concordaram sobre as próximas medidas a tomar.

Em representação do PCP interveio na reunião de Berlim o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central.

num gigantesco pano vermelho colocado na nave central do pavilhão que se separavam às centenas de participantes na festa da juventude comunista. Símbolo do mundo novo, por cuja construção os comunistas continuam a sua luta de mais de meio século no nosso país, mundo que será usufruído pelas crianças de hoje, a festa do passado domingo constituiu um momento de fraternal convívio, de educação para a solidariedade entre os jovens portugueses.

Centenas de crianças vivem a alegria deste dia. Palhaços, filmes de Charlot, marionetas, rancho infantil de Moreira da Maia, desenhos colectivos, corridas de saco, foram algumas das diversões organizadas com o intuito de proporcionar às crianças uma tarde diferente, prefácio das condições que a infância usufruirá numa sociedade socialista, para a qual nos encaminhamos através de um grande trabalho colectivo.

Milhares de pessoas participaram também na festa organizada pela UJC, no passado domingo, em Guimarães, no Largo do Touro. Os camaradas Carlos Costa da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e Jorge Araújo, membro suplente do Comité Central, estiveram presentes na festa, tendo dirigido uma saudação ao povo de Guimarães, a qual foi vivamente acolhida.

As bandeiras do nosso Partido punham uma nota de cor no ambiente de sã alegria que se viveu. Um grupo de cantores da UJC de Fafe entoou canções revolucionárias acompanhado em círculo da multidão. «Assim se vê a força do PCP», foi o grito mais frequente, soltado com entusiasmo; «slogan» que espelha uma realidade cada vez mais forte e enraizada nas massas populares.

O PCP sempre lutou e continua lutando pela instauração de um regime democrático em que sejam reconhecidas as mais amplas liberdades: a liberdade de Imprensa, a liberdade de partidos políticos, a liberdade de reunião, de manifestação e sindical, assim como o direito à greve.

O PCP sempre lutou e continua lutando para que sejam escrupulosamente respeitadas as crianças e práticas religiosas. É sinal desta posição do PCP o facto de, nas suas próprias fileiras, católicos incluindo sacerdotes.

Nenhuma outra força política lutou mais pela liberdade ao longo de quase meio século de ditadura fascista. Na luta pela liberdade, milhares de comunistas sofreram perseguições, prisões, torturas, pesadas condenações. Numerosos comunistas foram assassinados pelos fascistas por terem lutado pela liberdade do povo no tempo do fascismo. Os candidatos do PCP à Assembleia Constituinte passaram mais de 400 anos nas prisões o que significa que, na luta pela liberdade para o povo português, só estes militantes sacrificaram no conjunto mais de 400 anos da sua própria liberdade.

O PCP luta e lutará para que o novo Portugal democrático goze das mais amplas liberdades todos quantos queiram viver em liberdade e respeitar a liberdade.

Não basta porém instaurar e reconhecer as liberdades. É necessário defendê-las. A reacção tem sofrido sucessivas derrotas. Mas continua viva e actualiza a sua contínua com poderosos apoios externos. O PCP entende que a ninguém deve ser consentido utilizar as liberdades para procurar destruir-las. A ordem democrática deve ser respeitada. Sejam forças declaradamente fascistas e reacionárias, sejam grupos esquerdistas que servem a reacção. Aquelas que violam a ordem democrática, aquelas que conspiram, aquelas que utilizam a violência contra o processo democrático em curso, devem ser responsabilizadas e punidas. Isso é condição para que o povo português possa viver em liberdade e construir um regime democrático.

Os comunistas sabem bem, por experiência própria, o valor da liberdade. Lutaram por alcançá-la. Lutam e lutarão por defendê-la.

O povo português pode estar certo: os comunistas estão prontos a dar a vida se necessário em defesa das liberdades do povo português.



# VOTA NO PCP POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO

## VOTAR NO PCP É VOTAR PELO SOCIALISMO

Passou quase um ano desde o histórico 25 de Abril. As liberdades democráticas foram conquistadas, defendidas e consolidadas. A guerra colonial terminou. Os povos que estiveram durante séculos submetidos ao colonialismo português alcançaram a independência ou estão em vias de alcançá-la. Os trabalhadores obtiveram a satisfação de importantes reivindicações.

Sucessivas tentativas contra-revolucionárias (em Julho, em 28 de Setembro, em 11 de Março) foram derrotadas. O processo revolucionário prosseguiu e progrediu. A nacionalização da banca e dos seguros marca o início de uma nova fase da revolução. Inicia-se a liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários. Aponta-se a perspectiva da construção de uma democracia, não apenas política, mas económica e social.

O PCP proclama: Porque o povo português o quer, o Portugal democrático irá a caminho do socialismo.

As realidades comprovam a justa orientação do PCP.

O processo revolucionário desenvolve-se irresistivelmente. A democracia consolida-se. O pacto entre o MFA e os partidos garante que a nova Constituição consagrará um poder democrático, as conquistas alcançadas e a dinâmica revolucionária e original com rumo ao socialismo.

A nacionalização da banca e dos seguros iniciou uma nova fase da revolução portuguesa: a fase da liquidação do poder económico dos monopólios.

Para assegurar a estabilidade económica e financeira, para impedir a sabotagem económica, para criar as condições básicas que permitam o controlo e a direcção da economia nacional, o PCP defende, como grandes medidas a adoptar a curto prazo:

— a nacionalização dos sectores fundamentais da actividade económica;

— a Reforma Agrária.

A classe operária, as massas trabalhadoras, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais, estão vitalmente interessados nestas medidas históricas que abrem o caminho para a edificação dum nova economia nacional ao serviço do povo e do País.

A situação e o processo revolucionário em Portugal apresentam acentuadas originalidades. As soluções terão também de ser originais. Não se podem copiar modelos. Aprendendo com as experiências de outros povos, é indispensável encontrar soluções que correspondam e respondam à realidade nacional. É indispensável definir uma política nacional que, olhando ao futuro, encare e resolva os problemas imediatos.

O PCP luta e lutará para que o Portugal Democrático a construir seja caracterizado simultaneamente pelas mais amplas liberdades e por transformações profundas da vida económica, social e cultural. Luta e lutará por um Portugal Democrático a caminho do Socialismo. Luta e lutará para que o ideal do Socialismo não seja esvaziado (como alguns pretendem) do seu verdadeiro significado e objectivo — a igualdade e a justiça social, a liquidação da exploração do homem pelo homem.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O PCP manifesta a maior preocupação com os trágicos acontecimentos que se têm desenvolvido em Angola e considera urgente reavivar os acordos que garantem ao povo angolano poder decidir livremente do seu destino.

O PCP sempre lutou e luta por uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos do Mundo. O PCP sempre defende e defende uma política externa de coexistência pacífica entre estados com regimes sociais e políticos diferentes.

Uma política externa activa e consequente, inspirada nestes principípios e praticada com todos os países será uma forma de contrariação a hostilidades dos meios mais agressivos do imperialismo para com a jovem democracia portuguesa.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

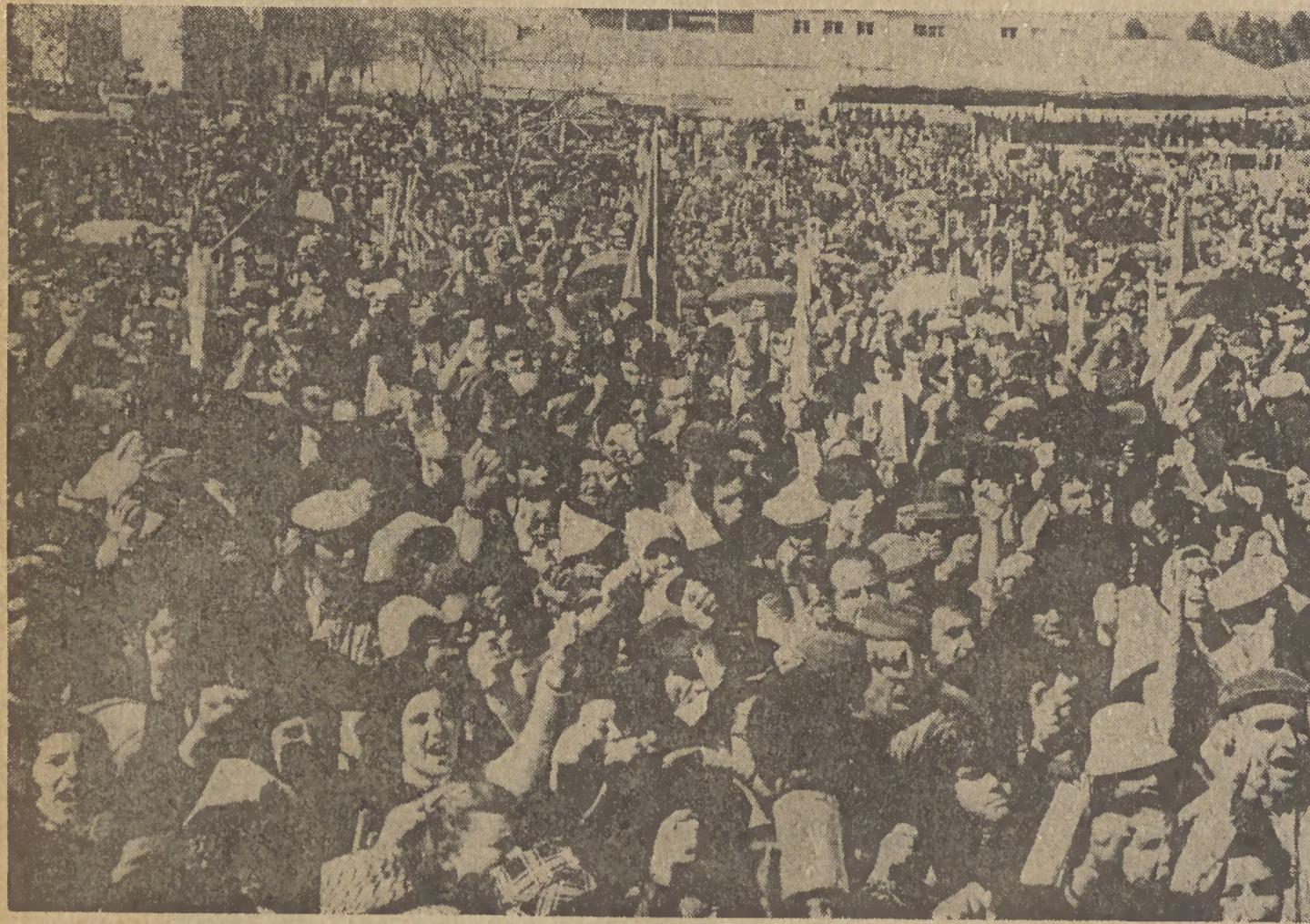
O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzir ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz



## «QUEREMOS A REFORMA AGRÁRIA!»

— tinham clamado em Beja vinte mil associados agrícolas

A reforma agrária estava na ordem do dia. Milhares e milhares de trabalhadores agrícolas manifestaram-se no último domingo em Beja para que o seu desejo se concretizasse o mais rapidamente possível, afastando deste modo as condições de desigualdade económica ainda existentes no Alentejo.

Convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, com o apoio do nosso Partido e outras organizações democráticas, a manifestação, que se realizou no Largo das Piscinas daquela cidade, congregou ali mais de 20 mil pessoas, na sua esmagadora maioria dos trabalhadores agrícolas de Beja e dos arredores. Respondendo ao apelo do seu Sindicato as classes trabalhadoras compareceram em massa, para se pronunciar em uníssono pela Reforma Agrária e por um esquema único da Previdência.

Nós estámos a assistir a algumas tentativas de formação de cooperativas por parte dos latifundiários que não são mais do que empresas capitalistas onde os trabalhadores se verão envolvidos com o aliciante de alguma percentagem nos lucros. Mas nós não estamos interessados em perpetuar o sistema capitalista. Essa é a intenção dos patrões para continuarem a encher os bolsos à custa do nosso trabalho. E aqui é significativo referir-se que são precisamente a que os agrários que inicialmente maior resistência ofereceram a colocação dos trabalhadores que estão agora a oferecer, de mão beijada, a casca de banana onde todos caíremos se não estivermos conscientes e vigilantes.

E conclui: Queremos a Reforma Agrária que entregue a terra quem a trabalha. Queremos a Reforma Agrária para acabar com o desemprego, a fome e a exploração dos campos e para podermos produzir mais no interesse de todo o nosso povo e do nosso País.

Interrompido constantemente por vivas ao MFA, falou a seguir o tenente Mauro Coelho, do Regimento

de Infantaria n.º 3, que evocou as lutas do passado e prestou homenagem a Catena Eufémia como símbolo do heroísmo dos camponeses sem terra do Alentejo. Por último falou o governador civil do distrito, Francisco Brissos Carvalho, salientando a importância da unidade dos trabalhadores e alertando para o comportamento divisionista de certos partidos.

Lida por Francisco Baptista foi aprovada por aclamação uma moção em que eram expressos os anseios mais sentidos dos trabalhadores alentejanos, a qual considera que:

1.º Sejam expropriados os grandes latifundiários sem qualquer indemnização e que sejam concedido apoio estatal, técnico e financeiro às comissões de gestão de trabalhadores, no sentido de um melhor aproveitamento das terras em vista do desenvolvimento da produção agrícola e pecuária.

2.º Haja um esquema único e geral da Previdência para os trabalhadores agrícolas.

3.º Seja o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja a dirigir as Casas do Povo do Distrito, utilizando as instalações das mesmas para Centros de Assistência Médica e Previdência, Culturais, Desportivos e Recreativos.

### Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisional vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes me-

didas de carácter económico anunciamos ao País no final do primeiro Plenário do Conselho de Ministros do IV Governo Provisional, inserem-se disposições relativas ao desencadear da Reforma Agrária pela qual as massas laboriosas do campo aspiram e que constitui um instrumento indispensável à criação de uma agricultura próspera que liberte a economia portuguesa do estado de dependência em que o fascismo a lançou.

Destas disposições salientamos as que visam garantir os rendimentos dos pequenos e médios agricultores através do aumento do preço à produção do leite, da carne de bovino (10%), e do milho (que passará a ser pago a 4500 mais 1500 de subsídio), facilidade de acesso ao crédito, criação de um sistema de crédito agrícola de emergência, o qual será concedido sem hipoteca e entregue em natureza através das cooperativas e dos extintos gremios; extinção de todas as cotadas, formação de equipas técnicas de apoio aos pequenos e médios agricultores, medida a concretizar por agora só em alguns distritos e que, por exemplo, assegurará as condições de aplicação da lei de arrendamento rural.

Uma das medidas agora tomadas assume particular importância para a revitalização do sector agrário e vem satisfazer uma velha aspiração da população trabalhadora desta região. Referimo-nos à expropriação de perímetros de regadio que excedem 50 hectares e à expropriação de terras de sequeiro que excedem 500 hectares, limites agora fixados para estes tipos de propriedades.

### EM ESTREMOZ

## PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES REUNIDOS EM ENCONTRO CONCELHIO

Os pequenos e médios camponeses continuam a corresponder às iniciativas do nosso Partido, promovidas com o objectivo de, através de um trabalho colectivo, comunais e não comunais, procurarem as melhores soluções para a grave situação das massas laboriosas do campo, situação essa que se reflecte na baixissima produtividade do sector agrícola, que constitui no momento um aspecto nevrálgico para o desenvolvimento independente da economia portuguesa.

Assim, mais uma vez o nosso Partido promoveu uma reunião de camponeses, em Estremoz, no passado dia 13.

As massas camponesas compreenderam, também, mais uma vez, que não nos movem intentos excludentes nem pretendemos com o nosso trabalho «ganhar» filhais. O nosso objectivo, hoje como ontem e amanhã, é servir o povo português e com ele desbravar os caminhos de libertação do País. Esta a certeza que os camponeses presentes nos diversos encontros por nós realizados, levam para as suas aldeias e vilas. Esta a certeza que comunicam a quantos, ainda duvidam, envenenados pela propaganda fascista, de cujos ecos se fazem portadores partidos da direita, esquerdistas e dirigentes responsáveis de partidos que devem ser responsáveis.

Relativamente a crédito, decidiu-se que este deve ser concedido aos pequenos e médios agricultores em função da honestidade pessoal e nível técnico, e que deve ser dado em natureza quando se

trate da aquisição necessária à produção, e somente em dinheiro quando vise pagamentos.

A expropriação de incultos e subaproveitados, assim como a fixação de uma área máxima para as propriedades dos latifundiários, foi outro ponto no qual se revelou unanimidade. Por outro lado, insistiu-se, particularmente, na nacionalização das propriedades dos perímetros de regadio.

As associações de classe dos pequenos e médios agricultores (Ligas) foram abordadas em profundidade. A necessidade de activar a sua constituição e funcionamento, a aliança destas com os sindicatos dos trabalhadores agrícolas — eis algumas das conclusões.

Destaca-se ainda, neste ponto da ordem de trabalho, a aspiração manifestada pelos camponeses, no sentido da criação de um amplo movimento cooperativo e da representação dos organismos de classe das massas laboriosas dos campos (Ligas e sindicatos) nos órgãos de Estado, nomeadamente no Ministério da Agricultura, como condição para que as medidas a tomar pelo Governo correspondam aos reais interesses das massas trabalhadoras.

Entretanto, com as novas medidas de política agrária, é evidente que a situação se alterou. Novas perspectivas se abrem aos pequenos e médios camponeses de Estremoz — e de todo o País.

As conclusões deste encontro dos camponeses de Estremoz são, na generalidade, semelhantes às dos demais

## NACIONALIZAÇÃO DOS SUBSOLOS

— proposta aprovada pelos 1500 participantes no I Encontro dos Trabalhadores de Mármore e Granito do Alentejo

Tendo em conta que os trabalhadores em nata contribuiram para a situação caótica em que se encontra a indústria de extração de mármore e granito, pois sempre trabalharam honesta e duramente, apesar de receberem salários muito baixos, não poderão pois serem eles as principais vítimas da situação.

Com este preâmbulo se iniciam as conclusões do I Encontro dos Trabalhadores dos Mármore e Granito do Alentejo, promovido pelo nosso Partido, no passado dia 13, em Borba, distrito de Évora. Participaram nos trabalhos 1500 trabalhadores, na sua quasi totalidade trabalhadores das pedreiras. Este número é um índice esclarecedor da mobilização desencadeada em torno do encontro, pois o número de trabalhadores desta indústria no distrito de Évora cifra-se em cerca de 3000.

A crise que afectava já a indústria de mármore tem-se vindo a agravar, nestes últimos meses. A baixa produtividade resultante do fraco grau de tecnologia empregue nesta indústria, acrescenta-se uma alarmante ausência de investimentos e os efeitos do boicote económico desenvolvidos pelos países capitalistas em relação à situação democrática portuguesa. Por exemplo, os Estados Unidos, um dos mercados habituais dos mármore portugueses, cessaram as importações após o 25 de Abril.

Se é certo que os pequenos e médios industriais do sector (que globalmente são responsáveis por cerca de seis mil postos de trabalho), sempre lutaram com algumas dificuldades, que ultrapassavam em virtude dos salários de fome que pagavam aos trabalhadores, não tinham capacidade de investimento, e nas presentes circunstâncias se agravou a sua debilidade financeira, o mesmo não se passa relativamente aos grandes industriais responsáveis por cerca de 60 por cento da produção do País, que arracaram escandalosos lucros a custa dos miseráveis salários que pagavam e preferiram, particularmente, favorecerem no Alentejo e Algarve, províncias que concentram 265 das 384 pedreiras activas no País (68 por cento da totalidade), sendo o distrito de Évora o mais importante relativamente a calcários cristalinos, pois nele se encontram em actividade 209 pedreiras deste mineral.

As dificuldades que os grandes industriais dizem agora atravessar porque pagam um pouco mais aos trabalhadores e portanto os seus lucros tenderão a sofrer uma mínima redução, não constituem mais do que uma (in) justificação para a falta de investimentos, cujos objectivos são por mais conhecidos, e para pedir ao Governo a concessão de créditos e apoios oficiais que devem, pelo contrário, ser canalizados para as cooperativas. Concluiram os 1500 trabalhadores reunidos que os trabalhadores recusem, em qualquer empresa, os despedimentos. No caso de recusa de pagamentos por parte da entidade patronal, ou no caso de falência da empresa, os trabalhadores devem continuar a trabalhar, constituindo imediatamente uma cooperativa que assegure o trabalho e desenvolva a produção.

É de recusar quaisquer conceções de formação de cooperativas de empresários, ou em que participem empresários. As cooperativas a constituir no sector devem ser cooperativas de trabalhadores e, portanto, por estes inteiramente dirigidas. Estas cooperativas devem estar abertas aos pequenos industriais que estejam dispostos a integrar-se nelas em absoluta igualdade com os trabalhadores cooperativistas.

E deseja-se que as cooperativas adquiram uma dimensão cada vez mais favorável a uma boa rentabilidade económica, procedendo-se para isso à conveniente fusão das pequenas cooperativas. A perspectiva deve ser a de integrar a futura de todas as cooperativas numa única empresa pública, em que os trabalhadores cooperativistas terão naturalmente um papel dirigente.

As numerosas oficinas de canteiro de pequenas dimensões devem associar-se e formarem uma cooperativa de trabalhadores de dimensão razoável.

Requerem ainda os trabalhadores que o comércio exterior dos mármore seja canalizado por uma empresa pública a criar pelo Governo, de modo a assegurar a liquidação dos intermediários e, portanto, melhores condições de venda dos mármore.

A publicação imediata do CCT no boletim do Ministério do Trabalho; o reforço da organização dos trabalhadores no local de trabalho, como factor decisivo para lutar contra os despedimentos e avançar com a formação de cooperativas; o reforço da organização sindical, aumentando o número de delegados sindicais, formando comissões conciliares de delegados e incluindo nessa orga-

nização os trabalhadores do sector que se encontram incluídos no Sindicato da Construção Civil do Distrito de Évora — eis algumas das conclusões relativas aos problemas dos trabalhadores. Particularmente recebida com entusiasmo, a decisão de os trabalhadores se oporem firmemente a quaisquer manobras da entidade patronal de retirarem das empresas máquinas ou outros bens patrimoniais e de, no caso de não pagamento de salários, os trabalhadores tomarem medidas no sentido de não se autorizar a saída da produção, caso os salários não sejam pagos.

No sentido de velar pela segurança no trabalho, que tem sido totalmente desrespeitado relativamente ao sector, um daqueles em que ocorrem mais acidentes de trabalho, verificando-se muitas vezes casos de morte, foram igualmente sublinhadas algumas das medidas mais urgentes. Para que os resultados deste encontro sejam concretizados, e com o objectivo de apoiar a indústria será ainda a de o Governo procurar a máxima utilização dos mármore, em medidas normalizadas, nas construções públicas e na construção de habitações sociais.

No que se relaciona com a extração e transformação, os trabalhadores do sector concluiram pela necessidade do Ministério da Indústria proceder quanto antes ao estudo do aproveitamento dos subprodutos do mármore e de procurar que a exploração vá diminuindo gradualmente, incrementando ao máximo a transformação, de modo a desenvolver no nosso país o trabalho de mármore com a criação de novos postos de trabalho, de preferência junto das zonas de exploração, e o desenvolvimento das potencialidades do País em mármore e outras rochas ornamentais.

De salientar que esta aspiração dos trabalhadores dos mármore e granito se baseia num conhecimento profundo das potencialidades de desenvolvimento da indústria que são, particularmente, favorecidas no Alentejo e Algarve, províncias que concentram 265 das 384 pedreiras activas no País (68 por cento da totalidade), sendo o distrito de Évora o mais importante relativamente a calcários cristalinos, pois nele se encontram em actividade 209 pedreiras deste mineral.

As dificuldades que os grandes industriais dizem agora atravessar porque pagam um pouco mais aos trabalhadores e portanto os seus lucros tenderão a sofrer uma mínima redução, não constituem mais do que uma (in) justificação para a falta de investimentos, cujos objectivos são por mais conhecidos, e para pedir ao Governo a concessão de créditos e apoios oficiais que devem, pelo contrário, ser canalizados para as cooperativas. Concluiram os 1500 trabalhadores reunidos que os trabalhadores recusem, em qualquer empresa, os despedimentos. No caso de recusa de pagamentos por parte da entidade patronal, ou no caso de falência da empresa, os trabalhadores devem continuar a trabalhar, constituindo imediatamente uma cooperativa que assegure o trabalho e desenvolva a produção.

É de recusar quaisquer conceções de formação de cooperativas de empresários, ou em que participem empresários. As cooperativas a constituir no sector devem ser cooperativas de trabalhadores e, portanto, por estes inteiramente dirigidas. Estas cooperativas devem estar abertas aos pequenos industriais que estejam dispostos a integrar-se nelas em absoluta igualdade com os trabalhadores cooperativistas.

E deseja-se que as cooperativas adquiram uma dimensão cada vez mais favorável a uma boa rentabilidade económica, procedendo-se para isso à conveniente fusão das pequenas cooperativas. A perspectiva deve ser a de integrar a futura de todas as cooperativas numa única empresa pública, em que os trabalhadores cooperativistas terão naturalmente um papel dirigente.

As numerosas oficinas de canteiro de pequenas dimensões devem associar-se e formarem uma cooperativa de trabalhadores de dimensão razoável.

Requerem ainda os trabalhadores que o comércio exterior dos mármore seja canalizado por uma empresa pública a criar pelo Governo, de modo a assegurar a liquidação dos intermediários e, portanto, melhores condições de venda dos mármore.

A publicação imediata do CCT no boletim do Ministério do Trabalho; o reforço da organização dos trabalhadores no local de trabalho, como factor decisivo para lutar contra os despedimentos e avançar com a formação de cooperativas; o reforço da organização sindical, aumentando o número de delegados sindicais, formando comissões conciliares de delegados e incluindo nessa orga-

nização os trabalhadores do sector que se encontram incluídos no Sindicato da Construção Civil do Distrito de Évora — eis algumas das conclusões relativas aos problemas dos trabalhadores. Particularmente recebida com entusiasmo, a decisão de os trabalhadores se oporem firmemente a quaisquer manobras da entidade patronal de retirarem das empresas máquinas ou outros bens patrimoniais e de, no caso de não pagamento de salários, os trabalhadores tomarem medidas no sentido de não se autorizar a saída da produção, caso os salários não sejam pagos.

No sentido de velar pela segurança no trabalho, que tem sido totalmente desrespeitado relativamente ao sector, um daqueles em que ocorrem mais acidentes de trabalho, verificando-se muitas vezes casos de morte, foram igualmente sublinhadas algumas das medidas mais urgentes. Para que os resultados deste encontro sejam concretizados, e com o objectivo de apoiar a indústria será ainda a de o Governo procurar a máxima utilização dos mármore, em medidas normalizadas, nas construções públicas e na construção de habitações sociais.

Como importante conclusão deste encontro, ainda uma outra que não consta do comunicado final, mas que se vai enraizar na mente dos trabalhadores do norte a sul do País: a da presença constante do nosso Partido junto das massas laboriosas, esclarecendo-as, procurando com elas a solução dos problemas que enfrentam e trabalhando, incansavelmente, para essa solução.

Assim, também se vê a força do PCP, organizando cada vez mais os trabalhadores, mobilizando-os para uma luta que não é apenas pelo direito ao trabalho, mas também pela consolidação da democracia, pelo desbravar da via socialista, em cujo percurso os trabalhadores alcançarão uma vida melhor, em que a exploração do homem pelo homem esteja para sempre banida.

## CAMPANHA DE FUNDOS

IRA — 6 trabalhadores	550\$00
Eduardo de Sousa Ameral	500\$00
Um assinante do «Avante!»	200\$00
Fernando da Silva dos Santos Sentana — Setúbal	100\$00
Manuel António Gorrinha — Setúbal	100\$00
Miguel	200\$00
Ilílio Reinaldo da Silva	7 130\$00
Operários da Firma Cortina	580\$00
Jorge Rodrigues («Avante!»)	200\$00
Joana	200\$00
21 trabalhadores da firma Valentim de Carvalho	740\$00
Um trabalhador do CETEC	40\$00
José Jacinto Nunes	500\$00
Cinco camaradas antes do 25 de Abril	3 143\$00
Dois trabalhadores dos EUA (\$70)	1 663\$00
António de Azevedo (a vitória é difícil mas é nossa)	5225\$00
João Correia Carrizo Ferreira	500\$00
António Neves Carrasquinho	1 000\$00
José de Castro	373\$00
Mário Barroso	140\$00
Um amigo de Leiria	80\$000
Júlio Vilariques	100\$00
Américo Fernandes	100\$00
Célula «Avante!»</td	



## NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE ARRENDAMENTO RURAL PASSO IMPORTANTE PARA A REFORMA AGRÁRIA

Mais de um terço das explorações agrícolas nacionais, ou seja, cerca de 300 000 terras submetidas ao regime de arrendamento, são abrangidas por uma nova legislação de arrendamento rural aprovada em Conselho dos Ministros, segundo proposta do Ministério da Agricultura.

Na generalidade, é de suster que foram satisfeitas as reivindicações básicas colocadas pelos agricultores não proprietários quando da discussão pública desta lei, a qual mobilizou milhares de camponeses de norte a sul do País. Também nos encontros de pequenos e médios camponeses organizados pelo nosso Partido, a questão do arrendamento rural foi largamente debatida. Os milhares de camponeses presentes nesses encontros manifestaram as suas opiniões sobre as soluções urgentes a adotar no sector agrícola, nomeadamente no que se refere à rendimento rural.

Assim, no sentido de salvaguardar a continuidade da exploração, a lei estipula que os contratos de arrendamento rural não podem ser celebrados por prazo inferior a seis anos, prorrogáveis automaticamente, com exceção dos contratos celebrados com o cultivo directo, os quais terão a duração de um ano, sendo, também, prorrogáveis automaticamente. Define-se como cultivo directo aquele que tem por objecto um ou mais prédios que o rendeiro explore exclusivamente com o seu próprio trabalho executivo ou das pessoas do seu agregado familiar.

A renda fixada em dinheiros

Consagrada, também, a obrigatoriedade de redução dos contratos a escrito, situando-se o seu âmbito (além do terreno como arvoredo e demais vegetação permanente que nele existir) em todas as coisas implantadas ao solo e afinal aquelas que, não fazendo parte dessas coisas, são, contudo, indispensáveis para o desempenho da sua função económica normal.

As rendas serão obrigatoriamente fixadas em dinheiro. Mas o rendeiro cultivo directo goza da faculdade de a pagar em géneros produzidos no prédio arrendado, os quais serão valorizados ao preço de compra

pode ser considerado como um passo importante no caminho da reforma agrária democrática que urge realizar, no interesse das massas laboriosas do campo, do desenvolvimento da agricultura e da consolidação do processo revolucionário.

### Contrato por escrito não inferior a seis anos

Acabando com uma situação angustiosa para os rendeiros, a lei toma em consideração o facto de estes, segundo o regime anterior, não terem a segurança de uma continuidade da exploração da terra e não lhes ser dada garantia de continuidade para a sua actividade, o que constituiu um dos entraves à modificação dos processos de cultivo da terra, à reconversão das culturas, à introdução de equipamentos e à realização de benfeitorias.

Assim, no sentido de salvaguardar a continuidade da exploração, a lei estipula que os contratos de arrendamento rural não podem ser celebrados por prazo inferior a seis anos, prorrogáveis automaticamente, com exceção dos contratos celebrados com o cultivo directo, os quais terão a duração de um ano, sendo, também, prorrogáveis automaticamente. Define-se como cultivo directo aquele que tem por objecto um ou mais prédios que o rendeiro explore exclusivamente com o seu próprio trabalho executivo ou das pessoas do seu agregado familiar.

A renda fixada em dinheiros

Consagrada, também, a obrigatoriedade de redução dos contratos a escrito, situando-se o seu âmbito (além do terreno como arvoredo e demais vegetação permanente que nele existir) em todas as coisas implantadas ao solo e afinal aquelas que, não fazendo parte dessas coisas, são, contudo, indispensáveis para o desempenho da sua função económica normal.

As rendas serão obrigatoriamente fixadas em dinheiro. Mas o rendeiro cultivo directo goza da faculdade de a pagar em géneros produzidos no prédio arrendado, os quais serão valorizados ao preço de compra

oficial no momento do vencimento da renda, ou, no caso de não se encontrar afixado, ao preço corrente na região.

Os valores máximos das rendas serão afixados, anualmente, pelo Governo, até 31 de Janeiro de cada ano. Esta afixação será efectuada relativamente a cada região e às diferentes classes de terra e formas de aproveitamento, ouvidas as respectivas comissões arbitrais. Por outro lado, não é exigível o pagamento antecipado da renda, podendo, no entanto, o rendeiro antecipar este pagamento em dinheiro, até ao máximo de seis meses. Note-se que se o rendeiro não pagar a renda por causa que lhe seja imputável, o senhorio, decorridos três meses, pode exigir-lhe judicialmente, com juros.

Se ocorrerem acidentes imprevisíveis (inundações, estiagens, etc.) que causem a perda dos frutos ou impeçam a sua produção, o rendeiro tem direito a redução proporcional da renda, que poderá ainda ser pagada em prestações.

Refeira a lei que, nos anos de 1975 e 1976, o Estado poderá autorizar formas transitórias de utilização da terra por períodos inferiores a um ano e com o objectivo de explorar culturas sazonais. Essas formas de exploração designam-se por «culturas de campanha» e far-se-ão mediante contratos escritos.

EMPRESÁRIOS DE DIVERSÕES  
LUTAM PELOS SEUS DIREITOS

Reunião em plenário a Asociación de Empresários de Diversões, que no sector de divertimentos mecanizados (pistas de automóveis, carrosséis, aviões e outras) é na sua maioria constituída por trabalhadores de reduzida capacidade económica, apreciou e deliberou sobre a posição de quatro empresas que, mercê da sua superior capacidade de económica, pretendem destruir o esquema de rotas há muito vigente, de molde a tentarem esmagar os seus concorrentes mais fracos.

Assim, os trabalhadores ali reunidos alertam para o fac-

to a rentabilidade do prédio, que diminuiu em virtude de nova lei ou de provisões tomadas pela administração ou por empresas concessionárias de serviço público.

Benfeitorias não dependem da vontade do senhorio nem alteram o valor da renda

Quanto às benfeitorias, estas não dependem do consentimento do senhorio. No caso de o senhorio ter concedido autorização por conceito, ou se esta tiver sido suprida pela comissão arbitral, o rendeiro, tendo o contrato, tem direito a exigir o valor das benfeitorias consentidas. As benfeitorias realizadas pelo rendeiro não justificam a renda, que lhe seja imputável, o senhorio, decorridos três meses, pode exigir-lhe judicialmente, com juros.

Refeira a lei que, nos anos de 1975 e 1976, o Estado poderá autorizar formas transitórias de utilização da terra por períodos inferiores a um ano e com o objectivo de explorar culturas sazonais. Essas formas de exploração designam-se por «culturas de campanha» e far-se-ão mediante contratos escritos.

EMPRESÁRIOS DE DIVERSÕES  
LUTAM PELOS SEUS DIREITOS

Proibido o subarrendamento e a parceria

Também neste aspecto se tomaram em consideração as aspirações dos pequenos agricultores. Assim, é proibido o subarrendamento total ou parcial, excepto se o rendeiro ou sub-rendeiro for o IRA. A cessão do direito ao arrendamento por rendeiro diverso do Instituto só é permitida desde que realizada a favor de cooperativas de produção de pequenos agricultores e trabalhadores rurais ou se destine a acções de parceria ou emparcelamento a realizar por iniciativa ou com aprovação daquele deparamento.

Os pequenos empresários, que nestas condições concorrem em termos inacessíveis à sua capacidade económica, já que a Galarossa & Vaz, se pode valer da força do seu dinheiro, decidiram expor as entidades competentes a justiça do seu apelo e estão dispostos a obstar a que qualquer empresa actue contra os pequenos empresários, que estes devem ficar pelo caminho.

Os pequenos empresários, que nestas condições concorrem em termos inacessíveis à sua capacidade económica, já que a Galarossa & Vaz, se pode valer da força do seu dinheiro, decidiram expor as entidades competentes a justiça do seu apelo e estão dispostos a obstar a que qualquer empresa actue contra os pequenos empresários, que estes devem ficar pelo caminho.

Muito embora esta situação englobe uma camada pequena da população não deixa de exemplificar a exploração e as desvantagens a que os mais pequenos estão sujeitos: assim, a referida empresa Galarossa & Vaz, valendo-se do seu dinheiro e tentando impor a exigência do leilão, procura unicamente afastar os seus concorrentes mais débeis. Para isso não hesita em pagar preços mais elevados para afastar os outros. Ao fim de uma temporada, os pequenos empresários, sujeitos a todos os tipos de despesas que uma actividade daquelas obriga, ficavam pelo caminho. Era a vez da grande empresa, voltar a utilizar o seu dinheiro para comprar a baixo preço as instalações dos antigos concorrentes, aumentando assim a sua presença em feiras e festas, tornando ainda mais difícil a vida aos pequenos empresários que restavam.

Esta exigência, que se enraiza não sómente no direito a trabalhar a terra em condições de segurança, mas também no desenvolvimento do processo democrático, foi, na generalidade, atendida no presente diploma. Da experiência, uma conclusão fundamental hão a extrair: provas que a iniciativa popular em marcha, a movimentação das massas trabalhadoras constitui factor determinante das vitórias alcançadas e guia de acção para os passos futuros, os quais terão de ser dados com decisão e sem demoras inúteis. Os trabalhadores portugueses estão dispostos a pôr todas as suas energias ao serviço da economia nacional se nessa se afirmar sem equívocos a estratégia antimonopólios e antifascista, sem a qual não é possível falar de avanço numa via socialista.

Desde sempre o nosso Partido tem procurado defender também os interesses dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes, dos pequenos e médios industriais. E neste caso específico também os interesses dos pequenos empresários de diversas públicas têm de ser assegurados, isto é, a liberdade não pode servir para que os mais fortes continuem a explorar os mais fracos.

## O PROBLEMA DAS MADEIRAS

### PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES REÚNEM-SE E APONTAM SOLUÇÕES

No I Encontro de Pequenos e Médios Produtores Florestais, promovido pelo nosso Partido em Mortágua, no celeiro do Instituto dos Cereais, foram aprovadas as seguintes conclusões gerais, que constituem uma valiosa contribuição para a resolução dos problemas das madeiras, no que respeita a soluções de carácter urgente e imediato para os problemas da comercialização:

1 — As principais razões que dificultam a venda de madeira de pinho são a proibição, no Verão de 1974, da exportação de madeira em toros e a quebra da exportação de madeira semitrabalhada, em Setembro do mesmo ano, para Inglaterra, Holanda e outros países.

2 — Uma outra razão que determinou a dificuldade de venda de madeira para celulose foi o facto de o Inverno ter sido pouco chuvoso e frio e por isso se ter continuado os trabalhos de corte e transporte de madeiras, tal como durante os meses de Verão, enquanto nos outros anos, nos meses de Inverno, o corte de madeira quase pára ou pelo menos diminui muito.

3 — A quebra de exportação de madeira levanta o problema de um possível boicote económico por parte de outros países à economia nacional, florestal, portuguesa. Deve-se por isso fazer imediatas contactos.

4 — Durante a semana que terminou em 22/3/75, jornais diários («Dário de Lisboa», «Dário de Notícias» e «Jornal de Notícias») referiram-se a dificuldades de abastecimento de pasta de papel às fábricas portuguesas de papel, o que poderá obrigar-las a fechar.

5 — Estranho que as fábricas de pasta de papel não estejam a comprar toda a madeira que lhes é oferecida e que por outro lado as fábricas de papel estejam em risco de fechar por não terem pasta de papel para trabalhar.

6 — Impõe-se que este problema seja imediatamente investigado pelo Governo, tornadas públicas as conclusões e tomadas medidas contra possíveis boicotes da economia.

7 — Os produtores de madeira e resina têm necessidade que lhes seja assegurada a venda de toda a madeira e resina que querem vender, e que lhes sejam pagos preços suficientemente compensadores e previamente conhecidos.

8 — A comercialização de madeira e resina deve ser baseada no princípio da igualdade entre os países, e deve ser feita por um organismo público, administrado pelo Estado, para se evitarem manobras das empresas multinacionais e se assegurar a plena utilização a longo prazo das exportações.

9 — Considera-se útil a uniformização das unidades de medida a utilizar obrigatoriamente na comercialização de madeira, tendo em conta os diversos usos e especificações.

10 — A exportação e importação de madeiras deve ser feita em exclusivo por um organismo público, administrado pelo Estado, para se evitarem manobras das empresas multinacionais e se assegurar a plena utilização a longo prazo das exportações.

11 — Os preços das madeiras a pagar aos produtores devem ser fixados sempre com a participação dos representantes eleitos dos produtores associados em Cooperativas ou outras associações.

12 — Deverá procurar organizar-se a produção de madeiras e resinas com base em associações de produtores que garantem a defesa eficiente contra fogos, e melhorar as condições de exploração das matas.

13 — Considera-se necessário

comissão de prevenção de incêndios que foi constituída há um ano na freguesia do Sobral, de Pala, de Espinho e de Mortágua, todas do concelho de Mortágua, e que está a construir tanques de armazenamento de água para combate a fogos e acidentes.

14 — Os representantes da produção que actualmente estão no Instituto dos Produtores Florestais devem ser imediatamente demitidos e substituídos por representantes eleitos pelas ligações ou associações de pequenos e médios produtores e das Cooperativas Florestais.

15 — O Fundo de Fomento Florestal não deve apoiar os grandes latifundiários do Sul, como aconteceu durante o regime fascista, e deve, pelo contrário, passar a apoiar exclusivamente os pequenos e médios produtores florestais, como se julga que é a sua orientação actual.

16 — Nas escolas, especialmente no ciclo preparatório, escola secundária e superiores, devem ser dadas disciplinas sobre cooperativismo.

17 — No concelho de Mortágua existem grandes propriedades florestais que eram antigas baldios e que foram apropriados indevidamente ou vendidos de forma injusta. Impõe-se que seja revisto as dificuldades por uma via burocrática e reacionária, ou por uma via democrática e revolucionária.

18 — Abordando depois a função da banca na União Soviética como instrumento de controlo e do seu funcionamento, A fase seguinte foi a da nacionalização dos monopólios, a maioria dos quais já estava sob controlo estatal, em virtude da sua estreita relação com o capital financeiro. Tais medidas conduziram à estabilização das finanças, transformando radicalmente a vida económica; o grau de inflação na URSS estava, mais ou menos, a par com o da Alemanha da República de Weimar; após a revolução e com a recuperação económica, alcançou um valor interno do rublo superior ao anterior da primeira guerra, facto que não se verificou em nenhum país capitalista. Isto porque, como afirmou o prof. Yuri Rubinsky, citando Lénine, podem ultrapassar as dificuldades por uma via burocrática e reacionária, ou por uma via democrática e revolucionária.

19 — Deverá procurar organizar-se a produção de madeiras e resinas com base em associações de produtores que garantem a defesa eficiente contra fogos, e melhorar as condições de exploração das matas.

20 — O Governo deverá tomar medidas imediatas no sentido de não deixar deteriorar o mercado das madeiras resinosas, quer interno quer externo, dado o grande peso que as madeiras e resinosas têm na economia portuguesa.

21 — Nas escolas, especialmente no ciclo preparatório, escola secundária e superiores, devem ser dadas disciplinas sobre cooperativismo.

22 — No concelho de Mortágua existem grandes propriedades florestais que eram antigas baldios e que foram apropriados indevidamente ou vendidos de forma injusta. Impõe-se que seja revisto o processo de passagem a propriedade privada dos baldios do concelho e corrigidas as injustiças mais flagrantes.

23 — O Governo deverá tomar medidas imediatas no sentido de não deixar deteriorar o mercado das madeiras resinosas, quer interno quer externo, dado o grande peso que as madeiras e resinosas têm na economia portuguesa.

## VIGILÂNCIA E ALERTA CONTRA CERTOS «AUXÍLIOS»

Têm-se referido os órgãos de Informação à intenção do Governo dos Estados Unidos, de prestar auxílio ao nosso país, nomeadamente através do fornecimento de subsídios para um Centro de Saúde em Oeiras e hospitais em Lisboa, Porto e noutras cidades do país.

— Na República Dominicana, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD) denuncia que a represão no seu país está a ser financiada em grande parte pelos programas de auxílio da AID.

— Nas Universidades Latino-Americanas, na política cultural da AID, livros, programas, fundações, professores, técnicos, etc. são manipulados no sentido de introduzir a ideologia capitalista monopolista e de sufocar o desenvolvimento das culturas nacionais.

— Nos países a que a AID tem acesso, tais como os países latino-americanos, Vietname do Sul, Cambodge, etc., a entrada do «éénico» e «conselheiro» através desta organização foi e é um dos meios pelos quais se introduzem agentes da CIA (Agência Central de Informações).

O documento salienta ainda, muito justamente, ser de estranhar que no tempo do regime fascista de Salazar-Caetano, apesar das relações de amizade existentes com o Governo americano, esta «prestimoso instituição» não tenha servido de veículo a qualquer caixa-forte, quando em tal regime o sector da saúde não se encontrava de melhoria.

O comunicado termina afirmando que os dirigentes da Região do Sul deste sindicato não são contra qualquer forma de auxílio franco e desinteressado, mas mantêm-se sempre vigilantes para que essa ajuda não represente qualquer forma de dominação ou dependência política ou económica da nossa jovem democracia.

— Na Bolívia e no Brasil foram feitas graves denúncias sobre o papel da AID no financiamento do famoso «Corpo da Paz», grupo de jovens voluntários americanos que tiveram um nefasto papel junto destes povos, tais como a esterilização de mulhe-

res, para evitar o crescimento demográfico das populações locais. Estas práticas, que consideramos de genocídio, foram também consideradas como tal pela Organização das Nações Unidas.

— Na República Dominicana, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD) denuncia que a represão no seu país está a ser financiada em grande parte pelos programas de auxílio da AID.

— Nas Universidades Latino-Americanas, na política cultural da AID, livros, programas, fundações, professores, técnicos, etc. são manipulados no sentido de introduzir a ideologia capitalista monopolista e de sufocar o desenvolvimento das culturas nacionais.

— Nos países a que a AID tem acesso, tais como os países latino-americanos, Vietname do Sul, Cambodge, etc., a entrada do «éénico» e «conselheiro» através desta organização foi e é um dos meios pelos quais se introduzem agentes da CIA (Agência Central de Informações).

## EDIÇÕES «AVANTE!»

**A palavra do PCP**

**CADERNOS DO PCP**

Entre as actividades que traduzem o empenhamento do PCP em esclarecer e mobilizar as amplas massas populares para o combate à reacção, para a luta pela Liberdade e pelo Socialismo, conta-se a realização de centenas e centenas de comícios.

No terreno fértil que o 25 de Abril abriu, a PALAVRA DO PCP tem percorrido todo o País, interpretando o evoluir da situação política, indicando as tarefas que se impõe lever a saber, os perigos que há de evitar e combater, o caminho a trilhar para novas conquistas. E a história tem demonstrado que não têm sido palavras lançadas ao vento!

Elas têm calado fundo no coração e na consciência de milhões de portugueses que, sempre em maior número, acorrem a escutá-las.

As Edições «Avante!» mais uma vez se associam a essa gigantesca tarefa de levar a PALAVRA DO PCP lá onde existe um português honesto para a ouvir.

Nesta antologia reunimos, por ordem cronológica, alguns discursos dos camaradas do CC do PCP em comícios. Daqueles que nos chegou o texto escrito, e a impossibilidade de os transcrever a todos, seleccionámos os que melhor nos pareceram dar conta da evolução dos acontecimentos políticos. Estes discursos são assim uma retrospectiva, ou melhor, um retrato da revolução portuguesa que importa ter bem presente para os combates futuros.

**A DEFESA ACUSA**

A história da actividade revolucionária dos comunistas portugueses está cheia de muitos e gloriosos exemplos de firmeza política, de dedicação e abnegação sem limites à causa da classe operária e do povo português.

Sujeitos às maiores torturas pôdeis por parte da PIDE — bárbaros espancamentos, tortura da «estôta», tortura do «sono» e toda a espécie de torturas modernas —, centenas e centenas de militantes comunistas souberam portar-se dignamente, recusando-se a prestar quaisquer declarações aos inimigos do nosso povo. Muitos deles, tais como MILITÃO RIBEIRO, ALFREDO DINIS, FERREIRA MARQUES, FERREIRA SOARES, AUGUSTO MARTINS, GERMÃO VIDIGAL, JOSÉ MOREIRA, DIAS COELHO e tantos outros, pagaram com a própria vida a sua firme conduta de comunistas. Todos eles foram friamente assassinados pela PIDE ao serem presos ou após longos dias de tortura.

Juntamente com a PIDE, os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto constituíram uma parte essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoiava para reprimir o povo português. Nos Tribunais Plenários, os juízes não decidiam de acordo com qualquer lei que garantisse os direitos dos cidadãos, mas seguiam as directrizes e instruções do governo fascista e da própria polícia. Davam uma cobertura legal ao regime de violência aos crimes da PIDE.

Ao intervirem perante tais tribunais, embora não reconhecessem a sua legalidade, enfrentando mil e uma dificuldades e obstruções sistemáticas, os comunistas tinham em vista a denúncia dos crimes e da ilegalidade do regime em que a existência desses mesmos tribunais se inscrevia, a denúncia das torturas e crimes da PIDE, a denúncia da ruínosa política económica do governo, a denúncia da guerra colonial. Ao mesmo tempo expunham e defendiam a linha política do Partido.

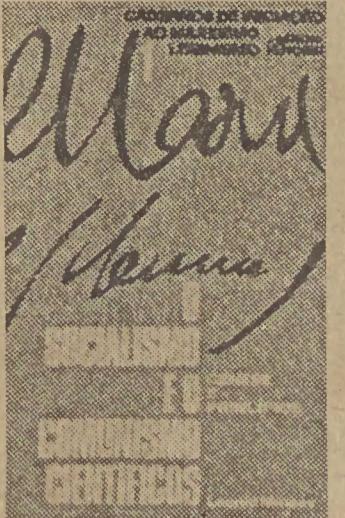
Na presente publicação apenas se dão a conhecer alguns exemplos dessa firme conduta por parte de camaradas que foram torturados e encarcerados longos anos nas memórias fascistas. É que, quanto tempo seria preciso para reunirmos todas as defesas dos comunistas portugueses que ergueram a sua voz nos tribunais fascistas? E quantos volumes seriam necessários para as transcrever?

Por isso, apenas incluimos aquelas defesas a cujas originais tivemos mais fácil e rápido acesso. Julgamos no entanto que elas são

de uma série: **O que é o Comu-**

**nismo?**

ben representativas do Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista.



Código 51.03 Preço 30\$00

Capitalismo e colonialismo são o passado da humanidade. Nos nossos dias, o socialismo e o comunismo tornaram-se uma força invencível, uma sociedade real em construção numa vasta extensão do Globo. As ideias do socialismo e comunismo científicos vão ganhando sempre mais adeptos em todos os continentes.

Na unidade de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas, dos países da comunidade socialista, dos povos da Ásia, da África e da América Latina, da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo, na sua coesão sob a bandeira do marxismo-leninismo, do socialismo e comunismo científicos dos nossos dias, se encontra a garantia da vitória final e decisiva.

O mundo novo não vem espontaneamente à existência. É gerado da dor, numa luta cruel com as forças do passado. Mas as forças que trazem ao mundo a renovação revolucionária são invencíveis. O sistema de exploração capitalista, historicamente ultrapassado e condenado pelo seu próprio desenvolvimento, deve necessariamente abandonar a arena da história. O seu desaparecimento é inelutável. Todos os países, todos os povos virão ao socialismo tão necessariamente como se sucedem as estações, como o dia sucede à noite. «A vitória é difícil, mas é nossa.»

«Fecharam os telhais. Com os prenúncios do Outono, as primeiras chuvas encheram de frémitos o lógião negro dos estrelados, e o vento agreste abriu buracos nos trapos dos garotos, num arrejo de águas e de corpos.» Assim começa, directo e incisivo, o romance; e estas imagens logo nos anunciam o que será a existência das crianças, o seu desolamento explorado, o estilhaçar dos seus sonhos infantis contra a cinterna opressão da sociedade capitalista.

A obra de Soeiro Pereira Gomes nasceu do seu empenhamento na luta a favor dos trabalhadores, de todos os explorados. Nasceu da sua militância no Partido, ao qual consagrhou por completo a vida. A beleza dessa obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a leem, são fruto, em grande parte, de tal empenhamento e tal militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

Augusto Costa Dias



Código 21.02 Preço 15\$00

Na época actual, o movimento revolucionário atingiu o mundo inteiro. O sistema socialista mundial, que agrupa 14 países, é a sua força principal.

As forças do socialismo, os movimentos comunitários, operários e de libertação nacional, as forças da paz e da democracia prosseguem a sua ofensiva contra o imperialismo.

Nestas condições, os problemas da passagem ao socialismo, os métodos e vias de adesão das massas à revolução, o sentido da ditadura do proletariado e do poder da democracia popular têm uma importância excepcional.

Considerando que a passagem de todos os países ao socialismo é inelutável, Marx, Engels e Lénine nunca negaram que cada país iria ao socialismo pelo seu próprio caminho, que as características específicas da luta revolucionária se revelarão em cada caso concreto, passarão um dia ao socialismo — escreveu V. I. Lénine —, mas nem todos o farão do mesmo modo, cada um imprimindo a marca da sua originalidade própria ao introduzir uma ou outra forma de democracia, esta ou aquela variação da ditadura do proletariado, esta ou aquela cadência nas transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social.»

Os acontecimentos deram razão a Lénine: cada um dos 14 países que formam o sistema mundial do socialismo seguiu a sua própria via, enriquecendo assim a experiência geral das transformações socialistas. Hoje que os povos mais diversos aspiram a uma vida nova e enveredaram por uma via de desenvolvimento não capitalista, o problema da passagem ao socialismo é um dos mais actuais.

Peia Madrugada é uma história vivida vezes sem conta no meio século da perseguição, torturas e prisões a que foram submetidos os melhores filhos do povo português. O autor literário é seguramente um antigo funcionário clandestino do Partido Comunista Português (cujo nome não foi possível por enquanto averiguar) e entre aquelas que com mais firmeza, abnegação e sacrifício resistiram à opressão fascista e lutaram pela liberdade e pelo povo português.

Com o conto desenhado Pela Madrugada, Edições «Avante!» dão início em Portugal a uma nova forma de divulgação de obras literárias de valor.

Peia Madrugada é uma história vivida vezes sem conta no meio século da perseguição, torturas e prisões a que foram submetidos os melhores filhos do povo português. O autor literário é seguramente um antigo funcionário clandestino do Partido Comunista Português (cujo nome não foi possível por enquanto averiguar) e entre aquelas que com mais firmeza, abnegação e sacrifício resistiram à opressão fascista e lutaram pela liberdade e pelo povo português.

Por seu turno, o camarada do Comitê Olímpico Soviético, Nicolay Kurodov, declarou que pretende continuar os contactos iniciados o ano passado no congresso olímpico e que Portugal pode vir a ser um país de bom índice olímpico, desde que a vontade do País se manifeste nesse sentido.

O presente caderno, o primeiro de uma série: **O que é o Comu-**

**nismo?**

ben representativas do Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista.

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

●

# EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS PARA UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

## A REFORMA AGRÁRIA NA RDA E A LIBERTAÇÃO DOS CAMPONESES

Poucos meses depois da derrota do fascismo, os trabalhadores e camponeses da então zona de ocupação soviética, no território compreendido pela República Democrática Alema, deram os primeiros passos no sentido da realização da reforma agrária democrática. Concretizaram-se assim os sonhos sectuais de centenas de milhares de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas, pois a terra que trabalhavam passou a pertencer-lhes de facto.

Ao longo de séculos, os príncipes, condes e barões pertenceram às forças da reacção, oprimindo e contendo os esforços pacíficos e democráticos do povo da forma mais brutal. A aristocracia agrária, por meio da fraude, dos assassinatos, dos embustes e da guerra, apropriou-se das terras de milhares de camponeses. Com a realização da reforma agrária democrática, chegou ao fim esse período de domínio dos latifundiários no campo.

### INICIATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em cumprimento do Acordo de Potsdam, foi aprovada em Setembro de 1945 uma ordem sobre a reforma agrária, servindo de base para a transformação democrática no campo, convertendo-se num novo elemento para a prosperidade. Na base dessa disposição, foram expropriados sem qualquer recompença:

— Independentemente do quanto da economia do latifundiário, do criminoso de guerra e dirigente nazista, foram expropriados todos os prédios e outros bens agrícolas.

— Todas as propriedades agrícolas de mais de 100 hectares com todos os seus pertences e outros bens agrícolas;

— Igualmente, foi incluído no fundo de reforma agrária o conjunto de

latifundiários pertencentes ao antigo Estado fascista.

O objectivo da reforma agrária democrática foi o de aumentar a área económica de menos de 5 hectares. Além disso, visou criar novas condições para os camponeses sem terra, trabalhadores agrícolas e pequenos arrendatários. Para as pessoas transferidas e refugiados que, em consequência da política de guerra e de roubo, haviam perdido os seus bens e have-ress, foi-lhes propiciada terra como base para a construção de uma nova vida. A fim de assegurar o abastecimento dos trabalhadores e funcionários, bem como dos artesãos, de carne e produtos lácteos, foram criados departamentos nas proximidades das cidades, dirigidos por suas respectivas administrações. As unidades existentes e que se ocupavam com a pesquisas agrícolas e a formação de mão-de-obra qualificada passaram à propriedade do povo.

Para a realização da reforma agrária, a lei impunha que a divisão da terra tinha que ser feita na base da discussão e aprovação dos camponeses pobres e trabalhadores agrícolas sem terra, em cada local.

Para tanto, foram criadas cerca de 10 000 comissões de reforma agrária nas aldeias, eleitas pela população rural. Esse procedimento garantiu que a realização da reforma agrária ficasse nas mãos da própria população camponesa. A reforma agrária foi, assim, um acto de autodeterminação democrática do povo. Os partidos operários e os sindicatos deram uma ajuda decisiva em tal sentido. As cerca de 10 000 comissões de reforma agrária possuíam um total de 52 292 membros, eleitos pelas populações locais; entre eles, incluiam-se, por exemplo, 19 700 trabalhadores agrícolas, 18 555 camponeses pobres e pequenos arrendatários, assim como 6 352 pessoas transferidas e refugiadas. Devido a este trabalho conjunto, com a consecução da reforma agrária, a classe da aristocracia rural perdeu a sua base económica e social.

### NOVAS RELAÇÕES NO CAMPO

O que fez a reforma agrária? Cumprindo a ordem sobre a reforma agrária, até 1 de Abril de 1946 haviam sido expropriadas 6 350 empresas privadas grandes, sem qualquer compensação. Elas compreendiam uma superfície de 2 254 436 hectares de terra.

Calcula-se que as propriedades estatais abarcavam uma superfície de 2 717 055 hectares, integrando o fundo agrícola. Isto equivalia a 33,1 por cento da área agrícola e florestal utilizável de todo o país. Essas terras foram divididas da seguinte forma:

— 124 142 famílias de trabalhadores agrícolas e camponeses sem terra receberam 867 000 hectares;

— 64 578 famílias de pessoas transferidas receberam 565 900 hectares;

— 74 170 famílias de pequenos proprietários receberam 69 800 hectares;

— 55 864 famílias de trabalhadores não camponeses receberam 47 200 hectares;

— 2 151 concelhos receberam 191 500 hectares (prados e pastagens);

— 387 comissões de ajuda mútua camponesa receberam 53 900 hectares (prados e pastagens).

As administrações locais receberam 301 propriedades, perfazendo um total de 401 900 hectares, para a instalação de centros experimentais e de criação. Duzentos e três administrações de cidades receberam 147 000 hectares para o estabelecimento de empresas encarregadas da produção de verduras e legumes. No total, 325 295 famílias camponesas receberam terras em consequência da reforma agrária democrática. Em média, cada nova propriedade compreendia uma parcela de 7 a 9 hectares. O aumento proporcionado aos pequenos camponeses foi, em média, de 3,5 hectares.

Esses números atestam o surgimento de uma nova época histórica para a vida dos camponeses. E essa reviravolta processou-se graças à participação e cooperação da população camponesa, em apenas um semestre.

### O GRANDE DESPERTAR NAS ALDEIAS

A reforma agrária libertou as forças criadoras no seio da população rural. E teve inicio o grande despertar no campo. A primeira prova disso apareceu já no inicio de 1946. Não era apenas o primeiro acto do restabelecimento da paz, depois de uma temerosa guerra que arruinou centenas de aldeias e converteu centenas de milhares de hectares de terras férteis em montes de ruínas e enorme devastação. Foi a primeira Primavera durante a qual as actividades foram realidades de modo organizado e com éxito, em curto espaço de tempo. Os proprietários livres, trabalhando terra própria, enfrentaram o duro trabalho com um entusiasmo tornado mais rapidamente que os operários.

As bases materiais que fundam estas vitórias na melhoria de vida no campo búlgaro consiste na superação do atraso económico e cultural que existia nos campos. Liberto o trabalho assalariado e da exploração, dotado com novas técnicas e especialistas agrícolas, o campo búlgaro ganhou nova fisionomia.

A economia rural búlgara situa-se cada vez mais sobre bases industriais, converte-se o trabalho agrícola numa variedade do trabalho industrial. Aumenta assim rapidamente a produtividade do trabalho e diminui o preço de custo dos produtos de origem agrícola.

De mais de 6,3 milhões de hectares de terras cultiváveis, compreendidos pela antiga zona de ocupação soviética, cerca de 4,4 milhões de hectares pertencem aos latifundiários. A maior parte dessa área estava concentrada nas mãos de 6 a 7 famílias de latifundiários. Os verdadeiros produtores, os que trabalhavam a terra eram proletários despossuídos de propriedade. No melhor dos casos, eram pequenos arrendatários.

As novas administrações, de carácter democrático, enquadravam as tarefas no contexto da ajuda planificada à população do campo,

brigadas de operários para a campo, cidades e grandes empresas firmaram acordos sobre a reconstrução e construção de novas aldeias. Surgiu uma nova relação entre a cidade e o campo, na base de uma amizade saudável. Tudo isto nasceu com a reforma agrária.

As novas administrações, de carácter democrático, enquadravam as tarefas no contexto da ajuda planificada à população do campo,

prevendo o apoio através de vários meios, como o envio de agrónomos, montagem de escolas, etc. A reforma agrária aproximou as cidades, os camponeses e as novas administrações democráticas estatais. E isto foi um dos mais importantes êxitos alcançados, concorrendo para a plena libertação dos camponeses, que, hoje, na agricultura socialista da República Democrática Alema, é um facto plenamente consumado.



## SEIS PERGUNTAS E SEIS RESPOSTAS

## OS «KOLKHOSES» E O ESTADO SOVIÉTICO

— Como se têm desenvolvido as relações entre os «kolkhozes» e o Estado na URSS?

Estas relações não são algo parado e estável. No passado e no presente elas eram determinadas pelo nível do adiantamento da economia soviética, em geral, e da produção «kolkhosiana», em particular.

Os primeiros passos

Nos começos da década de 30, cada «kolkhoz» recebia directivas de cima a estúpular, por exemplo, que culturas e em que quantidade se devia semear, qual devia ser o seu rendimento, que tipo de gado e quantas cabeças devia criar, etc.

Isto devia-se ao facto de que, nos alvors da vida dos «kolkhozes», não se dispunha de experiência como se devia administrar uma fazenda de modo planejado; os primeiros «kolkhozes» do país eram pequenos, dispunham de maquinaria escassa e quase não tinham gente especializada. O próprio presidente do «kolkhoz» era, como regra, apenas um membro mais activo da cooperativa ou um operário enviado da cidade para ajudar o «kolkhoz», o qual não tinha instrução especial, nem prática, nem havia dirigido antes outra empresa deste género.

No Capítulo I do Modelo do Estado aprovado no 3º Congresso dos «kolkhozianos» da URSS, 27 de Novembro de 1965, o qual constitui a lei fundamental da vida dos «kolkhozes» na URSS, os principais objectivos do «kolkhoz» soviético são definidos da forma seguinte:

— Fortalecer e impulsivar a economia pública;

— Produzir e vender ao Estado, cada vez mais produtos agro-pecuários através da intensificação e do reequipamento técnico da produção;

— Cuidar da educação comunista dos «kolkhozianos» sob a direcção das entidades do partido;

— Melhorar e satisfazer as crescentes necessidades materiais e culturais dos «kolkhozianos» e melhorar as condições de sua vida.

Entre estes quatro objectivos existe uma estreita ligação, razão por que a nenhum deles se pode dar preferência sem violar, com isso, a lei fundamental da vida do «kolkhoz».

— De que modo dirige o Estado os «kolkhozes»?

A ação do Estado é exercida, em primeiro lugar, mediante uma administração directa. O Estado, por exemplo, fornece ao «kolkhoz» o plano de compra (pelo Estado) de tais ou tais produtos.

Trata-se de uma espécie de encomenda feita ao «kolkhoz» pela sociedade, a qual tem força de lei.

Em segundo lugar, são empregados métodos de incentivo económico, ou seja, todo um sistema de medidas económicas: política de formação dos preços, incentivos para que os «kolkhozes» vendam mais produtos do que os previstos no plano, abastecimento técnico-material, etc.

Remuneração mais elevada

Nas condições da URSS, finalmente, são de grande efeito os métodos de administração em que se faz uso de factores sociopsicológicos. Os turistas estrangeiros que vêm à URSS, às vezes, estranharam ao ver na primeira página dos maiores jornais do país fotografias de simples tractoristas, mineiros ou metalúrgicos com maior frequência do que as de algum dirigente político. Este é, realmente, um dos traços peculiares do modo de vida soviético.

Além de uma remuneração mais elevada do seu trabalho, todo o cidadão que se destaca na produção é alvo de altas homenagens por parte da sociedade: esta confere-lhe por isso ordens e medalhas, títulos honrosos, publica as suas fotografias na primeira página e assim por diante.

des empresas agro-pecuárias mecanizadas, dispondo de técnicos e dirigentes capazes e competentes.

O sistema de 1965 previu: a plano fixo de compra de produtos é, de facto, a encomenda-minima feita pela sociedade ao «kolkhoz». No quinquénio corrente (1971-1975), aos «kolkhozes» e «sovkhozes» soviéticos foi apontada a necessidade de, além de cumprir o plano fixo, venderem ao Estado «actua de venda» a estimação do próprio «kolkhoz» o direito de determinar tudo o mais: qual a quantidade de produtos que lhe cabe semear para as suas próprias necessidades, que culturas e em que quantidade deve ser semeadas; em que época lhe cabe lavrar a terra e quando colher a safra, quanta gado cravar, etc.

Por conseguinte, desde 1955, o Estado limita-se a exigir que um «kolkhoz» lhe venda uma determinada quantidade de produtos. E se o Estado tiver a necessidade de aumentar, diminuir ou introduzir outra mudança qualquer nesta quantidade de produtos?

— Na prática, realmente, eram frequentes os casos em que o Estado, partindo das suas necessidades, mudava o plano de venda a ser cumprido pelo «kolkhoz». Quando no país faltava, por exemplo, trigo, aos «kolkhozes» impunha-se o dever de vender ao Estado em maior quantidade; quando faltava, quando faltava, digamos, carne de aves — aos «kolkhozes» cabia aumentar o número de frangos. O objectivo do Estado, que com isso procurava atender às necessidades mais imediatas do povo, era justo, mas em vista disso, os «kolkhozes» viam-se obrigados a violar a devida rotação das culturas e a mudar a sua especialização...

Melhor uso da terra

Eis porque, em 1965, o Estado adoptou uma decisão da máxima importância: o plano de venda de produtos da agropecuária a ser cumprido no país faltava, por exemplo, trigo, aos «kolkhozes» impunha-se o dever de vender ao Estado em maior quantidade; quando faltava, digamos, carne de aves — aos «kolkhozes» cabia aumentar o número de frangos. O objectivo do Estado, que com isso procurava atender às necessidades mais imediatas do povo, era justo, mas em vista disso, os «kolkhozes» viam-se obrigados a violar a devida rotação das culturas e a mudar a sua especialização...

— Mas na prática as necessidades do país aumentam ano a ano, ao tempo que o plano-encomenda continua invariável. Não haverá nisto uma contradição?

Os alunos recebem ordenados

Os cursos nas escolas duram um ou dois anos de acordo com a profissão escolhida e como em qualquer outro estabelecimento de ensino na União Soviética, os estudos são gratuitos, pois as escolas são mantidas através de verbas concedidas para este fim orçamento do Estado.

Como em toda a União Soviética os alunos da escola de Slutsk recebem ordenados.

Além disso têm direito a alimentação, residência e vestuário gratuitamente. Sempre que um aluno é enviado para estudar na escola por um kolkhoz (cooperativa agrícola de camponeses) interessadas em disponibilizar a sua máquina, este pode ser perfeitamente aces- sível. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepara por conta própria técnicos para o campo. Finalmente, aos «kolkhozes» são concedidos grandes créditos sob condições extremamente vantajosas. Assim, os créditos a eles concedidos para a construção de granjas de gado, empresas auxiliares de construção, oficinas de reparação, depósitos de cereais, bem como para a construção de casas, são concedidos a preços de compra de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhozes» são perfeitamente aces- síveis. O Estado prepar

● O camarada Joaquim Chissano, primeiro-ministro de Moçambique, declarou na saudação de boas-vindas à delegação portuguesa que se deslocou a Lourenço Marques para a terceira fase das conversações económico-financeiras com a FRELIMO: «Nós estamos a dialogar com verdadeiros representantes do povo português. Portanto, estas conversações vão preparar as condições para o aceleramento do processo revolucionário moçambicano e português». Chissano afirmou a sua vontade e confiança no aprofundamento de fraternas relações com Portugal.

● Por decisão da Comissão Nacional de Eleições, foi sujeito às sanções previstas pela lei um sacerdote que tentou induzir os eleitores a não votar em certos partidos.

● A convite da juventude do MPLA, delegações da Pró-UNEP e da Juventude do MDP/CDE, estão a participar, em Luanda, nas jornadas promovidas por aquele movimento para comemorar a luta anti-imperialista e anticolonialista da juventude e estudantes de Angola. Estas jornadas têm a intenção de enquadrar o dia 14 de Abril, aniversário do assassinato, em 1969, do comandante Hoji-Henda, herói do povo angolano e figura fundamental na criação da juventude do MPLA.

● Por iniciativa da Pró-UNEP e do Secretariado da União Internacional de Estudantes (UIE), vai realizar-se em todo o mundo, de 25 de Abril a 1 de Maio próximo, uma semana internacional de solidariedade com o povo e os estudantes portugueses. Para contactar directamente com o movimento associativo dos estudantes portugueses, virão a Portugal delegações de quase todas as uniões nacionais de estudantes.

● Por resolução do Conselho de Ministros, foram nomeadas novas administrações para seis empresas — quatro ligadas ao sector das pescas, uma ao fabrico de confeções e outra ao ramo metalo-mecânico.

● O jornal da RDA «Berliner Zeitung», referindo-se às múltiplas tentativas de reacção internacional para pôr em causa o processo revolucionário em Portugal, declara: «Na região do Mediterrâneo, registaram-se, nos últimos meses e semanas, actividades mais intensas de círculos influentes da NATO, que seguem a sua tendência fundamental para assegurar e ampliar as posições situadas nesta área, procurando, assim, impedir o desenvolvimento das forças democráticas em países como Portugal e a Grécia e, de maneira preventiva, também em Espanha.»

● Uma vez mais a provocação reacionária se fez sentir na tentativa de boicote do comício do nosso Partido realizado no lugar do Burelho, Murta, mas desta vez o grupo de arreiairos não ficou impune. Alertados as Forças Armadas, foram efectuadas prisões. O referido grupo terá agido por ordem de um tal «Oneco», o que leva a pensar tratar-se de um grupo treinado com o objectivo de fazer provocações e boicotar «comícios».

● A revista brasileira «Manchete», propriedade do fascista brasileiro Bloch, desistiu da sua distribuição em Portugal. Um exemplo, que desejarmos ver seguido por toda a reacção internacional que anda por cá em suspeitas digressões...

● Foi retificado, em Conselho de Ministros, o acordo entre Portugal e a União Soviética sobre navegação mercante, assinado em Moscovo, em 20 de Dezembro do ano passado.

● Segundo um relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a taxa de inflação baixou em Portugal.

● A directora da Biblioteca Estatal da União Soviética, filha do camarada Kosyguine, agradeceu uma oferta de livros portugueses — os exemplares mais representativos da actividade editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

# informação

## A revolução portuguesa na boca de Soljenitsyne

Numa conferência de Imprensa, em Paris, quando do lançamento do seu último livro, Alexandre Soljenitsyne, que deve ter de si próprio uma elevada opinião, pelo vontade com que deita cá para fora as maiores injúrias e incongruências, declarou sobre Portugal que há hoje mais gente presa do que no tempo de Salazar e Caetano, e que o nosso país está a provar que «o totalitarismo nasce de uma democracia fraca e mal preparada».

Não foi naturalmente só sobre Portugal que uma «inteligência» tão «universal» se debruçou. As declarações que fez sobre as várias questões de situação política internacional, dentro da nítida coerência de «pensamento» deste «intelectual» em nada desfazem os pronunciamentos sobre o nosso país. A par das habituals calúnias à União Soviética, aludiu a uma «demissão» do Ocidente, que, pelos vistos, não seria suficientemente energético para intervir na que se passa nos países socialistas. No que respeita ao Vietname, a sua «análise» ultrapassou tudo o que se poderia esperar, mesmo dum renegado como Soljenitsyne. Segundo este, Henry Kissinger, ao assinar os acordos de Paris em 1973, teria assassinado «a condenação à morte do Vietname do Sul». Desde há que deduzir que Soljenitsyne defenderá a continuação da intervenção do imperialismo americano no Vietname e nomeadamente os criminosos bombardeamentos à República Democrática do Vietname, universalmente condenados por todas as forças progressistas e amantes da paz, nomeadamente pelo povo americano. As videntes de reacção podem dar-se ao luxo de afirmar que os dirigentes dos países imperialistas, pelo mais evidente tacto político, nunca poderiam dizer publicamente.

Numa única coisa estavam parcialmente de acordo com este senhor. Quando declara «não tenho ideias políticas». O que é lamentável é que a despeito dessa consciência tenha o desprazer de falar com tanto à vontade de ideias que, pelos vistos, não tem.

Soljenitsyne é uma figura conhecida. Poderíamos dizer, tristemente célebre. Em nome da ausência de liberdade (para escória do seu género, naturalmente) Soljenitsyne trocou a União Soviética pelo Ocidente, onde o anticomunismo goza inteiramente de livre trânsito. Era isso o que lhe convinha. Esquerdistas e oportunistas de todos os matizes bajularam-no pela sua «coragem» e lamentaram a sorte dos outros pobres soljenitsynes, que terão ficado por terras socialistas a pensar a impossibilidade de despejarem livremente o seu veneno contra uma terra onde não há privilegiados. O coro de lamentações teve também a activa participação de todas as forças retintamente reacionárias, em particular do fascismo português, que nunca perdeu oportunidade, como é óbvio, de pôr como um inferno das tenebris que dizia estarem para lá dum «corlina da ferro». O anticomunismo fomenta destas alianças, aparentemente bizarras.

Que nos conste nunca, durante o fascismo, Soljenitsyne se referiu aos presos em Portugal. Nunca o preocupou o totalitarismo das forças terroristas dos monopólios e dos latifundiários. A tortura, os assassinatos, a inexistência das mais elementares liberdades, não preocupava esta vedeta do anticomunismo. Unindo a sua voz à da reacção internacional e à de todos os matizes de pseudo-revolucionários manobrados pelos dedos ágeis da CIA, Soljenitsyne ataca hoje a revolução portuguesa. Apoda de totalitarismo a liberdade. Preocupava-se com a sorte dos criminosos, dos ladrões, da liberdade do nosso povo, dos assassinos de alguns dos seus melhores filhos, que justamente se encontram presos. Para quem não o sabia fica bem clara a natureza dos «crimes» de que acusa a pátria que renegou.

## Fraternidade revolucionária entre Portugal e a Guiné-Bissau

O camarada Vasco Cabral, comissário para a Economia e Finanças do Governo da República da Guiné-Bissau, esteve em Lisboa. A profunda solidariedade entre os povos de Portugal e da Guiné-Bissau, solidariedade que vem dos tempos em que, lado a lado, lutaram contra o fascismo e o colonialismo, só é uma constante nas palavras proferidas por Vasco Cabral, que afirmou: «Nesta fase de transição» solidariedade devem os povos que estavam aliados para a frente».

Temos os melhores laços com o Governo e com o Povo Português — e desejamos reforçar, cada vez mais, esses laços e estreitar, do mesmo modo, a cooperação entre os nossos governos e povos. Esse, outro dos objectivos da nossa vinda aqui. É exactamente porque o Governo Português segue uma política progressista, está a construir uma sociedade nova, está a construir uma democracia, está a defender os interesses do povo português, que, forças reacionárias querem anular e vitar essa marcha para a frente» — afirmou o camarada Vasco Cabral, que sublinhou a propósito: «No nosso país, também certas forças reacionárias que estavam ligadas ao colonialismo português prosseguem os mesmos objectivos. Foi o que pudemos apurar da tentativa recentemente descoberta na Guiné-Bissau e que aniquilámos. Há estrelas relógios que representavam exactamente esse colonialismo português, é o homem ligado a tais intenções.

«Na nossa terra — asseverou — acontece precisamente que, elementos ligados com o ex-general Spínola, elementos deixados por ele no sentido de restaurar o colonialismo, no sentido exacto de defender os interesses da potências imperialistas, foramapanhados e desmascarados, fornecendo-nos provas efectivas dessas relações.»

A propósito da discussão, com o Governo Português, de problemas de ordem económica, Vasco Cabral declarou:

«Estamos numa fase de transição, temos certas dificuldades de ordem económica. Temos mesmo uma certa inexperiência, no que respeita a certas soluções. Acontece que, em Portugal, também se está numa fase nova, em que é preciso construir tudo de novo, pelo que, precisamos de trocar ideias que nos podem auxiliar mutuamente e servem ao mesmo tempo, para reforçar e estreitar os laços de amizade e cooperação que existem, e são de facto uma realidade, entre os nossos dois povos e as nossas duas Nações.»

«Mas, também penso que podemos estudar a maneira de, em conjunto, aniquilarmos todas as futuras tentativas reacionárias, pois, vão aparecer mais.»

Referindo-se ao auxílio de Portugal, Vasco Cabral manifestou compreensão «pelos dificuldades económicas que Portugal tem neste momento» e acrescentou: «No entanto tem havido a melhor colaboração possível e as nossas relações de amizade têm-se estreitado cada vez mais. Aliás, espero que a minha vinda aqui possa contribuir ainda mais para um reforço dessas relações, tanto no plano económico como noutros campos.»

## Uma lei das relações internacionais esquecida pelo mundo capitalista

O Parlamento Europeu, Assembleia da Comunidade Económica Europeia (CEE), aprovou uma moção em que se pede às autoridades responsáveis de Portugal e a «todos os democratas», «para que nas próximas eleições à Assembleia Constituinte seja garantida a mais larga e livre participação popular, seja facultado o exercício dos direitos democráticos fundamentais a todos os cidadãos e que seja respeitada a vontade popular». Foi ainda referida a «inquietação» causada por «certos aspectos negativos do desenvolvimento da democracia em Portugal».

Na votação efectuada não se verificou unanimidade, tendo havido recausas e abstências.

Entretanto, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos nove países componentes da CEE tiveram uma reunião confidencial em Dublin, onde se debatida a situação política internacional, nomeadamente em Portugal.

A animosidade do mundo capitalista pelo processo revolucionário que se vive em Portugal tem vindo a reverter-se das mais diversas formas. Não é esta aquela organização, em particular, que estão em jogo. A destruição de uma rede global, como se pretende isolá-la um corpo estranho, ou sujeitá-la a um «tratamento de choque», que permitiria a sua reabsorção. Desde os «apelos» ao respeito pela democracia, as formas mais ou menos veladas de boicote económico, pelo levantar das mais variadas dificuldades ao comércio, tanto nas exportações como no pagamento das importações, pela paralisação de investimentos e o fecho de indústrias implantadas no nosso país pelo capital estrangeiro, à campanha na imprensa em que, no mínimo, se pretende dar uma imagem de anarquia, caos e violação sistemática de liberdades, as tentativas de pressão por via diplomática ou a defesa de um auxílio económico condicionado por cedências de ordem política — tudo tem sido tentado para travar o processo democrático em Portugal.

Como qualquer povo livre, o povo português não está naturalmente disposto a tomar rumos diferentes daqueles que correspondem aos seus reais interesses, para agradar àqueles a quem a democracia portuguesa incomoda. Não se trata da teoria do «sorgulhamento sóis», que patenteava a impotência do fascismo quando se tornou insustentável a sua defesa no âmbito internacional. O povo português tem a sua luta todos os países e forças progressistas, todos os povos do Mundo. O que está em causa é a pretensão, encravada de supostos desejos de liberdade, democracia ou paz para o nosso país, e

interferir de facto em problemas que só a Portugal dizem respeito. Este o verdadeiro significado da moção aprovada por uma maioria de delegações do Parlamento Europeu. Acaso nós pedimos ao Governo da Inglaterra, de França ou da RFA, para que garantisse as liberdades nas eleições que se realizam nos seus próprios países? Acaso falamos dos «aspectos negativos» da evolução política desses países e nos baseamos em tais considerações para tentar intervir de facto nessa evolução política? Não. Portugal não se intromete nas questões que compete aos povos dos respetivos países resolver. Não tem in-

teres de outro país. De Willy Brandt a Olof Palme, a Europa social-democrata mobiliza recursos e fabrica «elogios» para ajudar o PS Português. Pinta-se de Portugal um estranho quadro. O Partido Socialista é apresentado como «garantia para a consolidação e desenvolvimento da democracia». Procura-se inculcar a ideia de que é um partido com grande penetração entre as massas populares. E sobretudo um partido do aço, com «grande falta de dinheiro e de recursos materiais». A clássica nota anticomunista está presente. Segundo o sr. Olof Palme, os comunistas têm dinheiro; os socialistas não. Por outras palavras, apoiar a democracia em Portugal significaria ajuda material e ajuda eleitoral ao PS.

É um estranho conceito de democracia o da social-democracia sueca. É uma estranha campanha de solidariedade a que no momento entusiasma a social-democracia europeia, convida pelos seus dirigentes a participar pelos canais da ajuda material no processo eleitoral português.

O PCP é acusado de ser financiado pelo estrangeiro. É uma calúnia muito batida nos tempos do fascismo e, agora, retomada pela reacção. Os comunistas portugueses contam com os recursos materiais obtidos no País através das contribuições dos militantes do PCP e dos seus simpatizantes. Não receberão um centavo do exterior. Em nenhum país socialista há campanhas de ajuda ao PCP como as que se desenvolvem na Holanda, na Suécia, na RFA a favor do PS. Em que países da Europa se estima uma política de cerco ao Portugal democrático e livre? Que partidos e organizações estrangeiros interferem na campanha eleitoral para a Constituinte?

Não precisamos tirar conclusões. Os trabalhadores portugueses, o povo português se encarregará disso. A nossa moral, a moral dos comunistas, é realmente muito diversa da que perfillam os social-democratas europeus e os seus aliados portugueses. O resultado da comparação constitui para nós um motivo de orgulho.

No caso da Suécia, estamos perante uma nítida interferência na política interna portuguesa.



teresses a defender na Inglaterra, ou na França ou na RFA. A questão está em que a inversa não é verdadeira.

Como já foi por diversas vezes afirmado pelas autoridades responsáveis de Portugal, a quem a CEE dirige o seu apoio, Portugal pretende manter relações com todos os países e está disposto a garantir segurança aos investimentos estrangeiros, que afinal nos são necessários, desde que respeitem as nossas leis, o que implica a redução dos superlúbricos que o fascismo facultava, e a não intervenção na problemática política do nosso país. Trata-se duma lei que o clima de coexistência pacífica conquistado pela luta tenaz do mundo socialista e todas as forças amantes da paz impuseram como éléments a res�nes nas relações entre os países. Lei que o mundo capitalista está a esquecer em relação a Portugal. E que convém lembrar.

## A reacção pede ajuda ao imperialismo

É amplo o arsenal a que a reacção recorre para atacar a jovem revolução portuguesa e nulos os seus escrúpulos. Serve tudo o que possa ferir a democracia em Portugal. Mesmo os apelos ao imperialismo — feitos por «portugueses» — para que se intrometa em questões internas do nosso país. O exemplo verno dos Estados Unidos, onde se publica um pasquim intitulado «Portuguese Times», cujo director é um tal António Alberto Costa. Em editorial de 27 de Março, este senhor declara: «Os acontecimentos em Portugal, como os interpretamos, convencem-nos de que chegou a hora de tomarmos uma ação consciente e activa. Antes que seja tarde de mal — se já

«Convincedos de que muito pode fazer o Governo norte-americano para evitar que Portugal chegue ao ponto de não-retorno, acreditamos que compete a cada um de nós — nos que acreditam na verdadeira democracia política — agir imediatamente, a fim de pressionar os líderes dos Estados Unidos da América do Norte a utilizarem toda a sua influência junto do actual Governo Provisório de Portugal, para que não continue a violar o direito de associação, a liberdade de Imprensa e o direito de votar livremente (sem coacções de espécie alguma).»

O sr. Alberto Costa informa seguidamente os seus leitores de que o «Portuguese Times» tomou a iniciativa de enviar um telegrama aos senadores Kennedy, Brooke, Pastore, Pell e Buckley, com o seguinte texto: «Urgente forte oposição ao Comunismo em Portugal. Sabemos que jornalistas que criticam a política do Governo são multados e detidos. Publicações anticomunistas são suspensas. EU tem que se pronunciar abertamente.» O editorial termina com o apelo para que se multipliquem telegramas de idêntico teor e sugerir mesmo a organização de uma manifestação frente à Embaixada de Portugal nos EUA e à Casa Branca.

Este texto provocatório é posterior à intenção reacionária de 11 de Março e não será certamente a única forma a que a reacção portuguesa, cão e o estrangeiro (e as suas hostes no estrangeiro) estão a aumentar gradualmente...), tem recorrido para tentar um reforço das múltiplas tentativas de intervenção nos assuntos internos do nosso país, que tem havido por parte do mundo capitalista. Na opinião dos senhores defendem correspondem de facto aos direitos, liberdades e direitos, as liberdades, a verdadeira democracia que estes senhores defendem correspondem de facto aos direitos, liberdades e direitos que a ditadura fascista defendia. É liberdade para os monopólios, os donos do capital nacional e internacional, explorarem a seu bel-prazer a nossa terra e o nosso povo. A liberdade de Imprensa e associação para a reacção. A liberdade de votar no seu deputado. O exército carregou, ferindo numerosos manifestantes e assassinando um estudante. Processaram-se a militares de Barrancabermeja. O incêndio que deu origem a uma explosão de gás em Bogotá, que já tem 100 mortos. A explosão de 7 milhões de contos, prepara-se para contrair uma nova dívida de 80 milhões com o Grupo de Consulta do Banco Mundial. Estes senhores não parecem muito preocupados com semelhante situação. Tentarão fazê-la pagar ao povo colombiano. Quem ganha naturalmente é o credor — o imperialismo norte-americano. Em matéria de lucros, os grandes potentes não têm que se queixar. A fabrico alcançou, em 1974, lucros superiores a 130 mil contos. O Simesa, no mesmo ano, contou com 70 mil contos. E o Banco da Colômbia que, no segundo semestre de 1974, ultrapassou os 180 mil contos de lucros. Entretanto o salário médio da maioria da população — 85 por cento — é inferior a 1500 escudos mensais.

O povo colombiano tem persistido numa luta tenaz contra o demagógico e conservador governo de López. À constante subida de preços e de impostos, responde com greves e manifestações (de que se destaca a luta dos operários da Philips), com a reivindicação avançada pelo CTC (movimento sindical), de um aumento geral de salários de 50 por cento. A repressão à luta das massas trabalhadoras atingiu ultimamente formas particularmente agudas. Em Tumaco, perante uma manifestação popular, o Exército carregou, ferindo numerosos manifestantes e assassinando um estudante. Processaram-se a militares de Barrancabermeja. O incêndio que deu origem a uma explosão de gás em Bogotá, que já tem 100 mortos. A explosão de 7 milhões de contos, prepara-se para contrair uma nova dívida de 80 milhões com o Banco Mundial. Estes senhores não parecem muito preocupados com semelhante situação. Tentarão fazê-la pagar ao povo colombiano.

Apesar da política de repressão e da caca demagogia do governo de López, as massas populares da Colômbia dispõem cada vez mais decididamente a lutar pelas suas justas reivindicações. O recente estabelecimento de relações comerciais entre a Colômbia e a União Soviética e o reconhecimento de Cuba (depois de um corte de relações imposto pelos EUA, que se prolongava há já 14 anos), são grandes vitórias populares que atestam da justez da linha política seguida pelos nossos camaradas do Partido Comunista da Colômbia.

O ditadura de Bordaberry é impotente para vergar a luta do povo uruguai

Assiste-se no Uruguai a uma nova escalada repressiva, visando particularmente a actividade sindical livre. Os sindicatos dos ferroviários e dos operários da indústria da carne (a mais importante do país) são os distinguidos pela fúria da polícia de Bordaberry. Em 28 de Fevereiro, os 221 operários dos Frigoríficos

## A ESCALADA DA REACÇÃO NA REGIÃO DAS BEIRAS

## DO PORTUGAL QUE TEMOS AO PORTUGAL QUE QUEREMOS CONSTRUIR

Portugal caminha a passos largos para o socialismo. Quando, com coragem revolucionária, na maioria das vezes, o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril consolida-se dia a dia com novas vitórias das forças progressistas. Ele é já irreversível.

Contudo, a noite fascista foi tão longa que o sol da li-



Assegurar um futuro para as crianças

berdade custa a chegar a alguns pontos do País. Subitamente «sacudidas» do obscurantismo em que sempre viveram, muitas populações assistem incrédulas, ao desmoronar das ideias feitas e impostas como única verdade; a desmisticificação dos idólos-pés-de-barro a quem se tinham habituado a obedecer; ao inicio de uma nova era onde todos têm uma palavra a dizer.

E têm medo. Medo da liberdade que desconhecem, das ideias próprias que nunca formularam, de reconhecer as monstruosas mentiras que durante tantos anos lhes serviram como verdade oficial.

E insurgem-se. Contra a sua própria liberdade, contra os seus próprios interesses. Contra os que procuram verdadeiramente levar o esclarecimento — na primeira fila dos quais os comunistas.

Inconscientemente acabam por fazer o jogo da reacção que, fomentando e explorando o obscurantismo em que vivem, no seu seio se organizam, sabota e conspira.

A região das Beiras é um exemplo.

A medida que o processo revolucionário avança, a cada derrota da reacção a cada novo êxito das forças progressistas, o desespero dos cacos do antigo regime e dos neofascistas aumenta. Conscientes da força e do papel de vanguarda do PCP, as forças reacionárias fazem do anticomunismo a sua principal arma para procurar impedir o avanço da população denunciada portuguesa.

Na região das Beiras a campanha eleitoral tem vindo a caracterizar-se por uma escalada da reacção contra o Partido Comunista, assumindo em alguns distritos proporções verdadeiramente alarmantes, atentatórias das liberdades conquistadas em 25 de Abril e da ordem democrática defendida pelo patriótico MFA e por todas as forças verdadeiramente progressistas.

Numa entrevista concedida

ao «Avante!», os candidatos do nosso Partido pelo distrito de Aveiro — José Bernardino, Carlos Alberto Abreu, João Sarabando, Pinto da Costa e Cecília Sacramento — deram a conhecer, em linhas gerais, a situação que se vive naquele distrito.

Dividido em duas zonas distintas — com um sul eminentemente agrícola e um norte industrializado — o distrito de Aveiro caracteriza-se pela existência de um proletariado recém-vindo da pesca e da agricultura, pouco habituado a participar na vida política. O consenso mais ou menos generalizado de que Aveiro é um distrito todo ele muito politizado, devido talvez às jornadas democráticas ali realizadas durante o fascismo, não corresponde à realidade concreta.

Apesar de ser o quarto distrito industrial do País e de possuir enormes potencialidades, o distrito de Aveiro caracteriza-se pela existência de um proletariado recém-vindo da pesca e da agricultura, pouco habituado a participar na vida política. O consenso mais ou menos generalizado de que Aveiro é um distrito todo ele muito politizado, devido talvez às jornadas democráticas ali realizadas durante o fascismo, não corresponde à realidade concreta.

Se na verdade é preciso ter coragem para se ser comunista em determinadas regiões, os comunistas já demonstraram que estão dispostos a tudo sacrificá-los, inclusive a vida se necessário, pela defesa dos interesses do povo português, pelos ideais do socialismo e do comunismo. Os nossos camaradas de certas regiões das Beiras são disto bem um exemplo. A reacção não conseguirá impedir que a voz do PCP chegue a todos os lugares mesmo aos mais isolados a levar o esclarecimento e a certeza de um futuro radioso, a combater o obscurantismo, a ignorância e a mentira.

Os comunistas não confundem a reacção com o povo, a provocação com a ignorância. Nas dezenas e dezenas de sessões de esclarecimento dia-

não é apenas o PCP, é a própria democracia em que vivemos, é a liberdade que tão duramente conquistámos.

A reacção não pode ter nenhuns onde se acoite impunemente. É necessário destruir-la quanto antes, é necessário que todas as forças verdadeiramente democráticas conjuguem os seus esforços para a combater, é necessário que o 15 de Abril seja uma realidade em todos os pontos do País.

A democracia em Portugal não poderá ser construída sem os comunistas, e muito menos contra os comunistas.

Não é por acaso que a reacção se intensifica à medida que o nosso Partido cresce e se fortalece. É que quanto mais enraizado nas massas estiver o PCP menos possibilidades terão os fascistas de sobreviver, de continuar a explorar o nosso povo a custa do suor e dos sacrifícios das classes trabalhadoras.

E até quando os cacos do fascismo continuarem impunemente a enganar o povo, a travar o avanço da democracia? Até quando o clero reacionário continuará a ter liberdade para utilizar o púlpito e o ascendente que possui sobre a população para a instigar contra as forças progressistas e levar a fazer o jogo da reacção?

Mas, entretanto, o processo revolucionário avança implacavelmente, arrastando consigo cada vez mais vezes, cada vez mais braços, cada vez mais força. E mesmo nas suas pracas fortes a reacção vai sendo derrotada, perdendo terreno, assistindo impotente ao despertar dos trabalhadores para a luta.

Como acontece mesmo nas Beiras.

### Trabalhadores lutam pelo direito à dignidade humana

No desenrolar de um processo desencadeado em Novembro do ano passado e em consequência das mais torpes manobras por parte de entidade patronal, os 400 trabalhadores da firma João Nunes da Rocha (pré-fabricados) decidiram ocupar as instalações fabris até à intervenção do Governo com a aplicação do Decreto-Lei 660/74, intervenção essa já pedida em Dezembro passado e agora novamente formulada.

Firamente decididos a aca-

sentão quem o faz? Quem as propaga? Quem expõe a ignorância do povo? Quem tem medo dos comunistas?

Até que ponto será lícito considerar que as eleições que se aproximam são efectivamente livres, em algumas

vindicação de carácter monárquico, como nos afirmaram.

Quando a Comissão foi entregar o caderno, no dia 31 de Dezembro, o sr. João Nunes da Rocha não só nos insultou como se recusou a aceitá-lo, tendo ameaçado que

os trabalhadores decidiram, primeiro, paralisar o trabalho durante meia hora, e depois durante uma hora, bem como sanear da empresa um elemento que fazia parte da Comissão e se tinha vendido ao patronato.

os trabalhadores debateram a questão, empenhando-se em procurar uma plataforma de Perante o «impasse», os trabalhadores decidiram manter a ocupação das instalações da fábrica e reforçar o pedido de intervenção do Estado.

sejam apenas salvaguardar o pão de cerca de 400 famílias, acabar com a opressão a que estavam sujeitos, garantir o direito ao trabalho. Estamos decididos a continuar a nossa luta.

A luta dos trabalhadores da fábrica João Nunes da Rocha é a luta comum de todos os trabalhadores contra a opressão e a exploração, é a luta comum de todo o povo português pelo direito ao trabalho, à dignidade humana, por uma sociedade mais justa. É também uma prova de como, mesmo nas Beiras, a classe operária e os trabalhadores em geral avançam para o termo da exploração do homem pelo homem.

### A força do PCP

Apesar da feroz campanha anticomunista descendida em toda a região das Beiras, a organização do PCP cresce e fortalece-se constantemente, fruto da dedicação sem limites dos nossos militantes do permanente trabalho de esclarecimento.

Mais que em qualquer outra província do País a propaganda e a informação desempenham um papel extremamente importante. Das estradas principais aos mais anónimos «caminhos de cabras», o símbolo do nosso Partido, as suas palavras de ordem, são uma presença constante.

Do desenhos mais artísticos, como em Coimbra, Aveiro e Guarda, ao simples PCP inscrito nas árvores à beira do caminho, como a poucos quilómetros de S. Comba Dão, por todo o lado se encontra a presença dos comunistas.

Também as caravanas de propaganda se realizam com regularidade, levando as provocações mais distantes a voz do Partido, o seu programa, a sua presença constante na vanguarda da luta do povo português pela democracia e pelo socialismo. E também por todo a parte as massas trabalhadoras manifestam o seu apoio e confiança no PCP, como aconteceu, por exemplo,



Às vezes, os militantes do nosso Partido em missão de esclarecimento são recebidos da maneira «acolhedora» documentada por esta imagem colhida há dias em Aguiar da Beira



O camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central e candidato pelo distrito da Guarda, distribuindo propaganda do nosso Partido em Aguiar da Beira

riamente realizadas nas terras esquecidas das Beiras é frequente surgirem as perguntas mais inconcebíveis, que não fora traduzirem o profundo atraso do nosso povo, não se hesitaria em considerar anedóticas. Como aquela velha camponesa da Aldeia dos Dez (Oliveira do Hospital) que perguntava se era verdade que os comunistas matavam os velhos com uma injeção atrás da orelha, ou uma outra de um luganiano da zona fronteiriça da Guarda, que tinha ouvido dizer — seria verdade? — que no comunismo, quando as mulheres já não podiam trabalhar, as punham a chocar ovos!

Não é o povo que inventa estas mentiras absurdas. Mas

bar com o regime opressor em que trabalhavam, os operários da referida firma, cujas instalações se situam a quatro quilómetros de Aveiro, reuniram-se em plenário e elegeram os seus delegados sindicais, tendo posteriormente, apresentado a entidade patronal um caderno reivindicativo que visava essencialmente a dignidade humana, não existindo qualquer rei-

portante actividade, quer para a economia regional quer para a economia nacional.

As grandes dificuldades foram ali debatidas e, após uma análise profunda da situação, foram elaboradas as seguintes conclusões, posteriormente enviadas ao Governo:

1 — Integração dos salgados na vida agrária e, portanto, nos organismos oficiais ligados à agricultura.

2 — Criação de uma cooperativa integrando os produtores da sal. Neste caso, produtores e marnotos, com direito de exclusivo da comercialização do produto.

3 — Demarcação de zonas produtoras de sal (Aveiro, Figueira da Foz, Tejo, Sado e Algarve).

4 — Exclusivo de fornecimento ao Norte por parte do salgado de Aveiro.

5 — Eliminação de intermediários, nomeadamente daqueles que detêm o monopólio das vendas ao consumidor.

6 — Redução e, em alguns casos, anulação do imposto e outros descontos para os vários organismos ligados ao sal.

7 — Estabelecimento prévio de preços de venda do produto, em todo o País, a partir do produtor.

8 — Criação de um sistema nacional de seguros contra graves prejuízos na cultura do sal, causados pelo mar.

9 — Criação de um sindicato de encarregados e moços de marinha.

— Consideramos esta atitude do sr. padre como uma afronta aos sentimentos religiosos de toda uma aldeia que, nesse dia, esperava e desejava a visita Pascal.

— A visita às casas dos ricos desta terra mostra bem de que lado está o sr. padre. Perguntemos a V. Ex. Rev. de que lado está a Igreja.

— Nunca este pároco se preocupou em ensinar as crianças, e muitas vezes nem sequer toca o sino para a celebração da missa, sendo esta celebrada só para si e para a mulher que tem em casa.

— As acusações que o referido padre nos faz referem-se apenas ao facto de a maioria da população ser comunista. Mas nós, como comunistas, consideramo-nos muito mais católicos do que o sr. padre

— Recentemente, grande parte da população de Carvalhais, freguesia do concelho de Mirandela, subscreu um abaixo-assinado enviado a D. Manuel de Jesus Pereira, bispo de Bragança e Miranda, em que denunciava atitudes reacionárias e anticristãs do padre Cândido Augusto Ferro, que é pároco daquela freguesia. Afirmava o documento:

— Sendo a maioria desta população católica de longa data, tem sempre procurado cumprir escrupulosamente os seus deveres religiosos.

— Há cerca de seis anos atrás, a partir do momento em que o padre Ferro veio para esta freguesia, começou a tomar atitudes que cedo esvaziaram a Igreja.

— Nunca este pároco se

preocupou em ensinar as

crianças, e muitas vezes nem

sequer toca o sino para a

celebração da missa, sendo esta

celebrada só para si e para a

mulher que tem em casa.

— As acusações que o referido padre nos faz referem-se

apenas ao facto de a maioria

da população ser comunista.

— As nossas, como comunistas, consideramo-nos muito mais

católicos do que o sr. padre

— Consideramos esta atitude

do sr. padre como uma

afronta aos sentimentos

religiosos de toda uma

aldeia que, nesse dia, esperava

e desejava a visita Pascal.

— A visita às casas dos ricos

desta terra mostra bem de que

lado está o sr. padre. Perguntemos a V. Ex. Rev. de que lado está a Igreja.

— Nunca este pároco se

preocupou em ensinar as

crianças, e muitas vezes nem

sequer toca o sino para a

celebração da missa, sendo esta

celebrada só para si e para a

mulher que tem em casa.

— As acusações que o referido padre nos faz referem-se

apenas ao facto de a maioria

da população ser comunista.

— As nossas, como comunistas, consideramo-nos muito mais

católicos do que o sr. padre

— Consideramos esta atitude

do sr. padre como uma

afronta aos sentimentos

religiosos de toda uma

aldeia que, nesse dia, esperava

e desejava a visita Pascal.

— A visita às casas dos ricos

desta terra mostra bem de que

lado está o sr. padre. Perguntemos a V. Ex. Rev. de que lado está a Igreja.

— Nunca este pároco se

preocupou em ensinar as

crianças, e muitas vezes nem